

The book cover features a complex geometric design. A large, dark, angular shape, possibly a stylized letter 'A' or a similar form, is set against a background of light-colored, textured material that resembles wood grain. The overall composition is abstract and modern.

Guilherme Augusto
Isabela Boechat

Amor em condicional

A invisível vida das visitantes
nas prisões da Grande BH.

AMOR EM CONDICIONAL

*A invisível vida das visitantes
nas prisões da Grande BH*

AMOR EM CONDICIONAL

*A invisível vida das visitantes
nas prisões da Grande BH*

***Guilherme Augusto
Isabela Boechat***

PROJETO DE GRADUAÇÃO
Universidade Federal de Minas Gerais

ORIENTADOR
Elton Antunes

1ª EDIÇÃO
Junho 2019

REVISÃO
Elton Antunes

DIAGRAMAÇÃO
Jenifer Abad

DESIGN DE CAPA
Jenifer Abad

IMAGEM DE CAPA
Aztreyx Chave

TIPOGRAFIA
Times New Roman

*À todas as visitantes que nos deram olhos
para um outro Brasil esquecido por muitos.*

*“Aqui é dor, aqui é amor, aqui é amor e dor:
onde um homem projeta seu perfil e pergunta atônito:
em que direção se vai?”*

(Adélia Prado: O Coração Disparado)

Sumário

A visita tem rosto de mulher	8
Seja bem-vindo	11
Sabonete e cigarro molhado	17
Sexo vigiado	21
Em família	23
Um outro Brasil	29
Abolicionismo	34
Pecado capital	37
O batidão	43
Violência institucional	50
Até amanhã	52
Mãe de todas	57
Jovem negra e periférica	63
Solta o Preso Seu Juiz	67
Disneylândia Máxima	75
Para mamãe	79
O pacote.....	83
Semente, luta e sacrifício.....	86
Moça do interior	92
Chaveirinho	94
Por trás da muralha, o afeto	98
Do inferno ao céu	101
Parceria que transforma	104
Em nome das mães	107
Almas livres?	110
A dor do visitante não sai no jornal	113
Para minha querida irmã	119

A visita tem rosto de mulher

Quando começamos a trabalhar neste livro, uma das maiores vontades era entrar em um dos presídios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e experienciar a realidade vivida pelas visitantes. Após ter a autorização negada inúmeras vezes, a Seap (Secretaria de Estado de Administração Prisional) nos venceu pelo cansaço e fomos obrigados a mudar o foco dos nossos esforços.

Como é possível retratar a visita penitenciária sem ter passado, na pele, por todos os procedimentos que a envolvem? E como chegar até essas pessoas, se não pela constatação da presença delas em uma das filas que se formam nas portas das cadeias nos dias de visita?

As respostas para estas perguntas vieram quando passamos a enxergar a visita como algo que vai muito além de entrar no presídio. É um processo que envolve famílias, dinheiro, o Estado, Igrejas, voluntários, ONGs e, principalmente, força de vontade. Para entrar, não é preciso simplesmente querer, mas saber se submeter ao sistema que engloba todos esses fatores e condena as visitantes pelo simples fato delas terem uma ligação afetiva com uma pessoa presa.

Descobrimos, portanto, que não precisaríamos entrar no presídio, mas construir a ideia da visita a partir das histórias dessas pessoas e, assim, transformar esses relatos em prosa para mostrar como e porque, na visão da visitante, ela não deixa de visitar seus familiares.

A única vez que fomos até a porta de um presídio foi na companhia de Dona Tereza, Jenifer e Carol, integrantes do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, em São Joaquim de Bicas. Chegamos lá quando o horário da visita estava terminando e acompanhamos a saída do presídio.

Com olhares cansados, muitos avermelhados de choro e vestidas conforme mandam as regras da unidade, constatamos a teoria que o visitante tem rosto de mulher. Ainda que víssemos alguns homens, a massa de visitantes é composta por mulheres e, portanto, tomamos a decisão de tratar a visita como uma questão feminina. Não à toa, todas as histórias que estão neste livro foram contadas por mulheres.

Fato é que não existe um antes e um depois da visita, mas um eterno durante que só acaba quando a liberdade canta para os presos e presas. O processo de visita não se resume ao cadastro, à preparação do kit com roupas, itens de higiene ou alimentos, à locomoção até os presídios e à entrada e à saída das unidades.

Entrar em contato com essa realidade nos colocou diante de mulheres invisibilizadas, conscientes disso e à mercê da própria sorte. Uma das nossas maiores preocupações foi não retratá-las como vítimas, mas como uma parte de um sistema complexo que esquece e não faz questão da sua presença – muito embora elas insistam em ficar.

Dispomos as narrativas em três momentos distintos: relatos sobre entrevistas que realizamos juntos, histórias contadas sobre a perspectiva do olhar de Guilherme e outro sob o olhar de Isabela.

As histórias deste livro trazem como personagens mulheres que se desdobram diante da brutal realidade do sistema prisional brasileiro para garantir dignidade e existência para seus familiares. Elas são o elo dos presos com o mundo livre e, portanto, são vistas como ameaça por um sistema que os priva da liberdade e, aos poucos, vai privando de outros direitos básicos inerentes aos cidadãos brasileiros.

Seja bem-vindo

VOCÊ NÃO QUER SER PRESO, CERTO?
ENTÃO, NÃO TENDE ENTRAR COM **DROGAS**,
ARMAS OU FACAS, CANIVETES, SERRAS,
CELULARES OU CHIPS DE TELEFONES.
VOCÊ SERÁ REVISTADO E **PRESO** EM
FLAGRANTE.

Isso só vai piorar a situação de sua família.

Ao invés de uma pessoa presa, serão duas!

O drama e sofrimento serão **maiores**.

Cartilha Informações Sistema Prisional,

do Conselho Federal da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB)

A Cartilha Informações Sistema Prisional, do Conselho Federal da Ordem de Advogados (OAB), reúne informações básicas sobre as regras para a visita social. Apesar de explicativo, o documento coloca o visitante como um criminoso em potencial. Se o presídio está apontado como um lugar “não respeitável e impuro”, o status quo do criminoso é quase que extensivo aos visitantes, tanto no campo moral quanto jurídico.

O tom jocoso da cartilha é ofensivo e denuncia a maneira como as próprias instituições tendem a lidar com esses indivíduos que, periodicamente, possuem uma credencial que os coloca dentro das penitenciárias por vontade própria. Além de condenados socialmente, os visitantes são também afetados pelo descaso estatal e pelas mazelas das instituições carcerárias do país.

Segundo Nana Oliveira, advogada popular criminalista, as mulheres, principalmente, tendem a arcar com as consequências socioeconômicas e políticas de um crime que não cometeram.

- Na cabeça de um juiz, isso é quase que extensivo. Na monarquia, você passa o título de rei, rainha, príncipe e princesa. No judiciário se passa o título de juiz, tipo o princípio do juiz natural, mãe juiz, pai juiz, filho juiz, neto juiz. É assim que funciona no mundo real. Nesse caso também existe uma transferência. Então, se o homem é reconhecido pelo aparato repressor como um grande traficante, automaticamente a companheira dele entra no registro de ‘primeira dama’ e ela também é [traficante]”.

As mulheres compõem a expressiva maioria das pessoas que visitam as unidades prisionais no Brasil que, em 2018, contava com aproximadamente 800 mil presos. São mães, esposas, namoradas, companheiras. O afeto dessas mulheres está submetido ao sistema, suas regras e seus procedimentos. Para Nana, a visita é algo que incomoda, porque é o visitante que traz e leva as in-

formações, de dentro para fora ou de fora para dentro do sistema prisional. *Não basta o filho ou o companheiro sofrer no cárcere, ela precisa sentir no corpo dela para expiar a culpa por estar ali, mesmo na situação de visitante*, afirma.

O tipo de visita mais comum, batizado de “social”, requer a presença do visitante em uma das unidades do Núcleo de Assistência à Família (NAF), órgão criado em 2011 com o objetivo de auxiliar os familiares dos presos em relação a assuntos de diferentes áreas, como denúncias, trabalho, educação e saúde. A visita é um direito garantido por lei e o credenciamento não é uma opção.

O Núcleo de Atendimento às Famílias (NAF) é um serviço de atendimento aos familiares de pessoas privadas de liberdade nas unidades da Secretaria de Administração Prisional (Seap). O NAF é responsável pelo cadastro para a visitação social, íntima e assistida. O órgão também recebe reclamações, denúncias, pedidos relacionados com educação, trabalho e saúde do preso. São 10 unidades NAF em Minas Gerais. Cada unidade é responsável por um grupo de unidades do sistema prisional.

Sob o título “Constituem direitos do preso”, o artigo 41, em especial o inciso X da Lei de Execução Penal (7.210/1984), estabelece como direito do preso a visita periódica do cônjuge, da companheira, de parentes e de amigos em dias determinados. Para se tornar um visitante é necessário se submeter a uma série de processos burocráticos até, finalmente, obter a autorização para entrar no presídio e, então, dividir o mesmo espaço físico com quem se deseja visitar. Para tanto, o familiar deve realizar o credenciamento no NAF responsável pelo cadastro da unidade prisional. Além da identificação oficial com foto, comprovante de endereço e certidões criminais recentes da Polícia Civil.

Além disso, o visitante deve comprovar algum grau de parentesco com o preso.

Para o cadastro, o visitante deve conferir se o seu nome consta no “rol de visitas” (lista de pessoas que o preso deseja receber visitas). O detento precisa registrar na administração da unidade prisional o nome e o grau de parentesco do visitante para que ele possa realizar o processo de cadastro no NAF.

O procedimento da visita é normatizado pelo Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP-MG) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em conjunto com a Subsecretaria de Administração Prisional, publicado em 2016. O capítulo VI do documento especifica as regras de acesso para as unidades prisionais, tendo como objetivo principal a padronização dos “procedimentos da rotina diária das áreas de atendimento ao preso”. O regulamento é interpretado de formas distintas pelos diretores das unidades, podendo gerar até situações de tortura e constrangimentos durante a visita.

“Eles uniformizam a gente”, conta Estefânia, filha de Dona Tereza, que visita o irmão no sistema. Para entrar na unidade prisional o visitante deve seguir padrões de vestimentas consideradas adequadas pelo sistema. O uso de estampas, cores pretas e vermelhas são proibidas, assim como o uso de calça jeans, saias, shorts e vestidos acima do joelho. Blusas regata, transparente ou decotada também não são permitidas pelo sistema.

O veto da cor preta e da vermelha é uma determinação que visa garantir a segurança dos visitantes. A cor preta é usada por agentes penitenciários e o vermelho por detentos das unidades prisionais. Sapatos fechados e sandálias rasteiras também são proibidos. O familiar deve usar um simples chinelo de borracha, sem metais [tipo havaianas].

A proibição de determinados tipos de roupa fomenta um comércio local nos arredores das unidades prisionais. Nas portas das cadeias, pequenos comerciantes oferecem o aluguel de peças de roupas e chinelos. Muitas vezes, as regras para visita mudam de uma semana para a outra, sem aviso prévio. Os agentes penitenciários filtram itens e vestimentas permitidas ou não pela unidade prisional.

O comércio nas portas das cadeias acaba sendo uma alternativa encontrada por essas mulheres para não voltarem para casa sem realizar a visita. Outros serviços são oferecidos na porta das unidades, como acomodações, guarda-volumes, banheiro, itens para o kit e lanches.

O tempo de espera para entrar no presídio pode chegar a 8 horas. Por isso, muitas mulheres preferem dormir na fila para garantir um bom lugar e ser uma das primeiras a entrar. Elas carregam malas, sacolas de roupas e alimentos que não têm onde deixar. A maioria das cadeias não possui guarda-volumes em que elas possam deixar seus pertences até o fim da visita. Por esse motivo, pagar por mais esse serviço se torna uma alternativa quase inevitável.

Cada unidade conta com horários específicos para a visita. Entretanto, a abertura dos portões acontece de acordo com a disposição dos agentes penitenciários. As prisões federais ficam afastadas da área central das cidades, o que dificulta o acesso. Geralmente, as filas começam a se formar na madrugada, entre 4 e 5 horas da manhã.

Pode ser levado no dia da visita um kit de alimentos em vasilhames de plástico transparentes e a quantidade é regulada por cada unidade prisional. De acordo com o regulamento, o kit é destinado para o consumo do dia e não pode ultrapassar cinco

quilos por preso.

O ReNP especifica que o kit deve ser consumido durante a visita, sendo vedado a estocagem na cela. Entretanto, não é o que normalmente acontece. Jennifer, que teve o noivo preso em 2016 e o visita desde 2018, chegou a afirmar que evita comer o que leva para a visita, que normalmente ocorre quinzenalmente. Segundo ela, é o único dia que seu noivo tem a oportunidade de comer uma boa refeição. Marmitas estragadas são alvos de reclamações comuns entre os detentos.

Assim como Jennifer, muitos familiares preferem não realizar nenhuma refeição durante a visita. Muitas vezes, o detento divide a comida do kit com seus colegas de cela e guarda o restante para a refeição do dia seguinte.

O kit também pode conter um refrigerante de dois litros de cor clara, frutas descascadas e picadas, suco em pó e biscoito sem recheio. Algumas restrições não são explicadas, como a proibição de refrigerantes de cor escura, alimentos como pão integral, carne com gordura, carne com osso, bacon, farofa, feijoada, tropeiro e manteiga.

As violações de liberdades individuais são tão cotidianas que acabam sendo naturalizadas e muitas pessoas acham que merecem passar por aquilo. “Quando você questiona o familiar sobre o tempo que eles passam na fila, eles não acham um absurdo, uma violação de direito. Isso ocorre porque as políticas públicas não conseguem atravessar as camadas mais marginalizadas da sociedade, onde a violência e a privação de direito é algo cotidiano”, explica a advogada criminal, Idelma Fonseca.

Sabonete e cigarro molhado

A gente vai porque a gente ama. Ninguém escolhe ir para porta de cadeia. Quem errou *foi* nossos companheiros, namorados, maridos, filhos. Estamos ali por consequência e por amor que sentimos por eles.

Eu conheci meu noivo durante uma visita ao meu tio, em Bicas 1. Como eu ainda era menor de idade, fui acompanhada da minha mãe e da minha avó. Foi no pátio do presídio que eu me apaixonei. Ele veio até mim e foi ali que a nossa história começou.

Ele é o meu primeiro amor, o meu primeiro namorado. Nunca me imaginei fazendo visita social, pela história da minha família com o cárcere, até que aconteceu. No começo, sofri muito preconceito, principalmente das minhas amigas. Elas ficavam falando assim: ‘quando ele sair, ele não vai ficar com você’ ou ‘você é muito boba por ter escolhido viver isso’. Mas eu escolhi ficar com ele e minhas amigas não entenderam isso muito bem. *Pro* meu tio, foi um pouco difícil de aceitar. Acho que ele entende como é gostar de alguém de dentro da cadeia, porque ele também está preso. A gente conversou e acho que ele entendeu.

Eu tinha 19 anos quando fiz a social. Eu cheguei lá às 5

horas da manhã e só consegui entrar meio dia. Eu nunca tinha visitado um presídio sozinha e fiquei muito nervosa. Lá não tinha *body scan* [scanner de corpo inteiro usado no sistema prisional] e eu tinha que tirar minha roupa toda na frente da agente. Eu fiquei horrorizada. Eu era nova e sozinha ainda... É muito humilhante e isso me ‘baqueou’ muito. Eles não respeitam ninguém, já vi uma senhora de 80 anos passando por essa mesma situação. Não consigo imaginar como ela se sentiu.

Lá dentro, o tempo todo a gente se sente presa e perseguida. Quando ele foi transferido *pra* Dutra [Presídio Antônio Dutra Ladeira], foi pior. Eles tratam a gente muito mal, revistam a comida sem nenhum respeito. A gente prepara tudo com muito carinho *pra* chegar lá e ser tratada igual lixo.

Na Dutra, quem não tem senha, tem que enfrentar fila. A senha é distribuída no dia de visita, até as 14 horas, e o visitante tem que terminar a visita mais cedo se quiser pegar a senha. São 200 senhas entregues no final de cada visita. Se você não sair mais cedo da sua visita e correr *pra* pegar a senha, já era.

O pátio na Dutra é menor que essa sala [ela se refere ao pequeno escritório do apartamento da avó, onde nos recebeu]. Era muita gente junta, coberta em cima de coberta, tudo muito sujo. Muita barata, ratos, mosquitos para todos os lados. É muito desconfortável. Não dá nem vontade de comer. O banheiro era sem condições, entupidos até a tampa.

Uma vez, os meninos abriram a marmitta deles na minha frente e, assim, o frango era meio verde, o feijão com aquela baba azeda, além de bichos na salada. Acho que a gente não tá ali para ter mordomia, mas também não queremos que a gente ou nossos maridos sejam tratados igual um animal.

Na terceira visita, eles acharam que eu era ‘de menor’,

mesmo apresentando todos os meus documentos. Fiquei desesperada e comecei a chorar muito. Aí eles deixam você mais nervosa, fala que você tá com droga. Só *pra* intimidar. As agentes já viraram minha amiga de cabeça *pra* baixo, ela foi parar no hospital por causa disso. Ela foi parar no hospital por nada. Se elas implicarem com você, já era, você não entra.

Na Dutra tem *body scan* e qualquer coisa dá mancha. E se não sumir, eles te mandam embora. Tem gente que vem de muito longe só pra fazer a visita, tirando o dinheiro que a gente gasta. Cada visita *era* quase 200 reais, contando com tudo.

Eu visitei a Dutra umas cinco vezes e já não aguentava mais. Eles não sabem tratar familiar, trata a gente igual cachorro. O meu noivo tem pressão alta, já passou mal várias vezes lá dentro. Uma vez ele teve princípio de infarto e eles custaram a tirar ele da cela. Se não *fosse* os meninos [companheiros de cela], não sei o que podia ter acontecido. Só atenderam ele no outro dia.

Minha vó tem influência [Dona Tereza é presidente da Associação de Grupos de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade] e pedi que ela me ajudasse a transferir ele para a CPPP [Complexo Penitenciário Público-Privado]. Hoje o meu tio e o meu noivo estão na CPPP e eu pude visitar também o meu tio. Durante um ano, cheguei a visitar os dois. Mas eles cortaram as visitas para sobrinhos.

Na última visita chorei muito. Não queria deixar o meu tio. O sistema endureceu muito o meu tio, sabe? Ele quase não chora ou ri. Mas no nosso último encontro, ele chorou junto comigo.

Nenhuma cadeia é boa. Mas na CPPP a situação é mais humana. Eles tratam o preso bem e o familiar também. Diferente de outros presídios, na PPP eles chamam o preso pelo nome, de-

sejam uma boa visita. Não é que dá moleza *pra* familiar, é tratar a gente como gente.

Eu, minha mãe e minha vó estamos tentando ajudar uma amiga que conheci na fila da Dutra. Estamos tentando a transferência dele *pra* PPP, por uma questão financeira mesmo. Nas outras cadeias, o familiar tem que levar tudo. O kit é caro e já faz seis meses que ela não leva *pro* marido dela. Lá na Dutra, a gente tem que pagar até o uniforme do preso. Uma blusa de moletom era R\$ 100, uma calça R\$ 60. Na PPP, não precisa levar nada. Só o kit do dia da visita.

Lá, as visitas são aos sábados. Eu acordo na sexta e já vou arrumar meu cabelo. Ele gosta que vou com o meu cabelo solto, porque ele ama meus cachinhos. Eu fico muito ansiosa e nervosa com qualquer coisa. Acho que isso acontece com eles também. O meu noivo fala que não consegue nem dormir.

Eu faço minha unha e depois começo a preparar a comida dele. Minha mãe costuma me ajudar. Aí, a gente deixa o arroz pré-cozido, separo os saquinhos para colocar as coisas. Acordo umas três e meia da manhã e, enquanto eu arrumo, minha mãe termina de preparar a comida dele. E depois vou *pro* ponto de ônibus.

Quando chego lá, fico esperando o meu noivo descer. E ele já deixa o nosso cantinho arrumado. Ele me conta as novidades, o que fez na escola e pergunta como estão as coisas do lado de fora. Ele sempre toma café e fica me contando seus planos quando sair. O sonho dele é fazer medicina veterinária.

Na hora de ir embora é que é ruim. É uma tristeza que não sei explicar. Uma sensação de deixar a pessoa para trás, de não estar ali quando ela precisar. E quando a gente sai de lá, fica um cheiro de cadeia que fica grudado. Eu não sei explicar, mas um cheiro de sabonete misturado com cigarro molhado.

Sexo vigiado

A visita íntima requer maior dedicação do candidato a visitante. Diferentemente da anterior, o agendamento é indispensável neste caso. E antes mesmo de realizar o cadastro é preciso agendar uma entrevista com uma assistente social no NAF que atende a unidade prisional desejada.

Cada preso poderá registrar o nome de um dos visitantes para receber a visita íntima, podendo ser a esposa ou um companheiro ou companheira. O credenciamento é válido por seis meses e a frequência é estipulada por cada unidade prisional, o que pode ser quinzenalmente ou uma vez ao mês.

“O certo é ter uma sala reservada para que a visita íntima aconteça, mas na maioria dos casos ela ocorre dentro da cela. Os presos fazem um combinado com os colegas e revezam o espaço. Eles colocam uma cortininha e as coisas acontecem ali mesmo”, conta Idelma.

Quando a unidade prisional possui uma cela reservada para a visita, o encontro se limita a um lençol e uma cama. Em algumas ocasiões, o tempo de sexo é cronometrado pelos agentes penitenciários. Jennifer relata que nunca quis fazer a íntima, justamente para evitar constrangimentos. Uma de suas amigas conta

que quando fazia a íntima, as agentes não evitavam de fazer comentários machistas e desrespeitosos durante o procedimento de revista. Para Jennifer, a visita íntima é algo muito desagradável para uma mulher. O cheiro das celas é algo que a incomoda bastante. Ela não ficaria à vontade.

A visita assistida é uma modalidade especial utilizada por indivíduos que, “por motivo de saúde ou de outras razões”, não conseguem realizar a visita social aos finais de semana. Apesar dessas “outras razões” usadas pela Secretaria, a maneira de comprová-las não fica clara.

Para a visita assistida, além do agendamento prévio com a assistente social, é necessário apresentar laudos médicos que comprovem a ‘saúde’ do candidato a visitante como, por exemplo, exames de Beta HCG e Cartão de Gestante, assinados e carimbado por profissionais da saúde. Além de terem de passar por todo esse processo burocrático de solicitar o credenciamento de visitante, os familiares também devem ficar à mercê das datas em que podem entrar nos presídios, segundo a agenda de cada complexo prisional.

Em família

“Você é linda!”. Nicole me recebeu com essa frase na casa de sua família, localizada na região de Venda Nova, em Belo Horizonte. Assim que entrei, os olhos curiosos da menina de 12 anos se fixaram em mim e me acompanharam atentos e inquietos durante toda a entrevista com sua mãe, Débora, e sua avó, Nair. A entrevista aconteceu na estreita sala de estar da casa, onde dois sofás, televisão e mesa ocupavam quase todo o espaço.

Nicole se sentou ao lado da mãe e, aos poucos, a avó e Henrique, seu pai, se acomodaram no cômodo à medida em que conversávamos. Débora, 29 anos, começou a contar suas primeiras impressões das cadeias que visitou na Grande BH. No dia da entrevista, Henrique estava em liberdade condicional, trabalhando como motorista de aplicativo. O benefício permite o cumprimento da punição em liberdade até o total da pena, desde que o preso observe as condições e requisitos previstos no artigo 131 a 146 da Lei de Execução Penal (LEP) e artigo 83 do Código Penal. O livramento condicional, previsto na LEP e no Código, é decisão do Juiz de Execução Penal e considera o bom comportamento durante a reclusão, além do Atestado de Bons Antecedentes. Na

maioria dos casos, o preso deve ter cumprir, ao menos, a metade ou dois terços da pena.

Nicole não chegou a visitar o pai preso. Sua mãe conta que achou melhor não falar sobre a situação e a avó concordou. Por meses, achou que o pai estava viajando a trabalho. Mas desconfiava que algo muito ruim tinha acontecido. “Ela ouvia a gente cochichando, mas desconfiava que o pai estava na cadeia”, conta a mãe. Nicole soube pela boca do pai, que em uma das suas saídas temporárias decidiu dizer onde estava.

Ao contar suas experiências, Débora voltava no tempo, refletindo suas memórias de um dos períodos mais turvos de sua vida. Débora olhava fixo para mim, mas seus pensamentos estavam em outro lugar. Bem longe, diria. Jamais saberia descrever a fundo suas sensações ou experiências desse outro abismo social, afastado de tudo e de todos.

Uma questão recorrente quando falava das visitas eram as revistas vexatórias. Débora conta que mesmo com o *body scan* [scanner de corpo inteiro usado no sistema prisional] instalado na unidade, as visitantes não ficavam livres da situação de desnudamento.

– *Nunca tinha passado por algo parecido. Abaixar as calças na frente de uma pessoa que nunca vi na vida era algo que nunca passou pela minha cabeça.*

As crianças não podem passar pelo aparelho e são obrigadas a passarem pela revista vexatória para entrar na unidade.

– *Eu levava a Luiza [filha mais nova do casal] comigo, de vez em quando. Ela tinha cinco meses quando a levei pela primeira vez. Elas me pediram para tirar toda a roupa dela e trocar a fralda. Era um procedimento inevitável.*

Henrique teve problemas de saúde enquanto estava preso.

Segundo ele, a falta de assistência médica e psicológica era uma dificuldade constante. Disse que certa vez ficou horas esperando por um atendimento que nunca veio. Por fim, desistiu. Hoje, seus tratamentos são acompanhados por profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), em uma unidade perto da sua casa. “É muito difícil ser visto como uma pessoa com direitos dentro da cadeia”, disse. Perguntei à ele se queria ser entrevistado, a resposta foi negativa. Entretanto, não deixou de interromper a entrevista para acrescentar informações e opiniões sobre sua experiência quando esteve preso.

Além do presídio de Bicas, Henrique passou pelo Ceresp Gameleira, em BH, Presídio de São Joaquim de Bicas 1, em São Joaquim de Bicas, e Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves. Ele relata que cada unidade possui regras internas distintas umas das outras e que isso dificulta muito a vida do visitante. O direito à visita é pautado como direito do preso somente no art. 41, inciso X da Lei de Execução Penal, Lei 7210/84. O direito do visitante não é abordado no Código Penal.

– No primeiro momento, só a minha família sabia da condição dele. É muito difícil ser visitante tanto dentro quanto fora dos presídios. Já ouvi muita coisa desagradável. Eu nunca fiz íntima, justamente para evitar julgamentos. Uma vez, o agente olhou para uma mulher e disse “aquela ali é a piranha que vem visitar o vagabundo”. Ouvir essas coisas é muito desagradável. As pessoas falam. Eles falam. Acho que cada um tem que se dar o respeito e não são todas as mulheres que fazem isso. Acho que isso prejudica muito outras pessoas. Já ele, lidou sem muito apego com a situação. E isso foi muito bom pra gente. Durante a espera, fazia amizade e ouvi muitas coisas também. Eu já ouvi mulheres dizendo que conseguem entrar facilmente com drogas

dentro do sistema. Acho que quem quer consegue, né? Tem mulher que não pode dizer não para os “corre”, porque elas podem até morrer ao se recusar. Em uma das minhas visitas, eu ouvi a história de uma mulher que era obrigada a ir em todas as visitas com os filhos. Caso ela não fosse, o marido ameaçava ela de morte. Isso é muito assustador. O que a gente ouve nas filas é muito triste. Mas a gente não pode julgar as pessoas, porque a gente, querendo ou não, e independente do crime, estamos na mesma situação. Eu não desejo isso pra ninguém. É muito vergonhoso. E a gente sofre preconceito, sim, e não estamos ali fazendo nada de errado. Quem visita não é criminoso e tem gente que pensa que é. Antes disso acontecer, quando eu via Balanço Geral [Programa da Record TV de forte apelo popular], eu era a primeira a condenar tanto o preso quanto o visitante. Eu pensava: se tá ali é porque quer. Mas não é. Porque quem gosta e não quer ver a pessoa naquela situação se submete por todos esses procedimentos. Não temos escolha.

Nair é mãe. Aos 56 anos recebeu a notícia da prisão do seu único filho, Henrique. Sem um conhecimento exato sobre a real situação dele e de sua pena, ela adiou ao máximo fazer o cadastro para a visita social. Afinal, imaginou que o filho não iria ficar muito tempo. “Ele é inocente”, disse. Ela chegou a pensar que a situação de Henrique seria provisória. Nair não queria entrar no sistema e encontrar o filho naquela situação. Mas a advogada a aconselhou a procurar o NAF. A situação de Henrique era um pouco mais complicada do que Nair gostaria.

É nos NAF’s que começa a trajetória de entrada dos visitantes no sistema prisional. Nair teve que se dirigir à unidade Praça Sete, localizada no centro da capital mineira. Chegando lá, foi informada que, por não constar o CPF em seu documento de

identidade, ela teria que obter uma nova via. Para o cadastro, o NAF pede a apresentação da carteira de identidade, comprovante de endereço e atestado de antecedentes criminais.

Nair teve que esperar 15 dias para o novo documento e mais 15 para o cadastro. Ansiosa para ver o filho, foi novamente ao NAF Praça Sete buscar o cadastro e teve uma surpresa: seu filho fora transferido para outra unidade prisional, ou seja, seu cadastro já não era mais válido. Ela teve que começar novamente o processo, em outra unidade do NAF, agora em Betim.

– Eu não entendia o porquê tinha que ir para Betim, submeter todos os meus documentos de novo. Eles não tinham o sistema? Não conseguiam resolver ali na hora porquê? Eu tinha que ir lá e esperar mais 15 dias para um novo cadastro. Depois eu entendi que eles gostam é de dificultar a nossa vida. É um sistema falido.

Foram mais duas semanas para o novo cadastro. No dia que ficou pronto, o mesmo problema. Henrique tinha sido transferido, de novo. Nair ligou e questionou o sistema, porque ela teria que fazer o mesmo procedimento, pela segunda vez, sendo que eles já tinham todos os dados dela no sistema? Não queria esperar outros 15 dias. Ela conta que, se não fosse com a ajuda da assistente social da unidade, não teria seu cadastro pronto. Nair esperou 45 dias para ver o filho.

– Eu sempre ia junto com a Débora [noiva de Henrique]. Todo dia de visita, costumávamos sair daqui de casa umas 3 horas da manhã pra chegar na fila às 4 horas. E a gente só conseguia entrar na cadeia umas 11 horas. Teve uma vez que a gente perdeu a primeira chamada e esperamos a próxima, que era às 8 horas da manhã. Nesse dia, a gente só conseguiu entrar 14 horas. Nesse dia, eu fiquei só duas horas com meu filho. Eu sempre saia

uma hora ou meia antes do fim da visita [a visita era até 16h]. Eu saía porque queria evitar que meu filho passasse por certos constrangimentos. Ele me contava que o GIR (Grupo de Intervenção Rápida) chegava a agredir os presos ao acompanhá-los de volta para as celas. É muito difícil. Eu não via, mas sabia do que acontecia. A gente chegava dentro do presídio e ficávamos no pátio. Cada família tinha seu cobertor no chão. Era desconfortável, mas acho que dentro da cela seria muito pior. Quando você entra lá dentro, você também é privado da sua liberdade por um determinado tempo. É sensação horrível, como se você também estivesse presa.

Um outro Brasil

Marcar uma entrevista com a Dona Tereza foi um desafio. Quando a conhecemos em meados de outubro de 2018, ainda tentávamos explorar, receosos e pouco esperançosos, toda a questão que envolve os visitantes. Enfrentávamos a dificuldade de encontrar fontes que de fato estivessem dispostas a relatar suas histórias sobre essa realidade. Portanto, quando ouvimos a breve fala da Dona Tereza, pela primeira vez, no evento de lançamento da Plataforma Desencarcera, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avaliamos que a história casava com o tema do nosso trabalho de diferentes maneiras. Não imaginávamos é que, cerca de quatro meses depois daquele primeiro contato, ela se tornaria não só uma das principais entrevistadas, como também a pessoa que mais ajudou a dar forma ao nosso trabalho. A partir do contato com ela, a dificuldade em encontrar mulheres dispostas a serem entrevistadas virou passado.

– *Uma noite virou minha vida de cabeça pra baixo e me fez hoje mulher de luta*, conta Dona Tereza, de 59 anos.

Dos cinco filhos biológicos e dos três de “coração”, dois já cruzaram com o sistema prisional em alguma fase da vida.

Dona Tereza se formou na vida, por meio da sua própria experiência com o cárcere. Ela ocupava a mesa de palestrantes com pesquisadores e profissionais do direito, mesmo sem diploma, no evento do Desencarcera.

O projeto é uma iniciativa do Instituto Direitos Humanos do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (UFMG) e da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, a Plataforma busca “desenvolver medidas estratégicas voltadas para o desencarceramento de presos (as) provisórios (as) no estado de Minas Gerais, com destaque para as pessoas privadas de liberdade atravessados por recortes de raça, de classe e de gênero”.

A Plataforma Desencarcera une um conjunto de ações que busca facilitar o acesso à justiça criminal no Brasil e tem como foco a desconstrução das práticas punitivas no país, o chamado abolicionismo penal.

– Dentro do cárcere, existe pessoas. Quem visita as unidades prisionais são mães que estão apenas exercendo o seu direito de ser mãe. Só queremos que a Lei de Execução Penal seja cumprida. Mas enquanto vivermos em um país que possui uma justiça seletiva, essa lei nunca vai ser cumprida. No Brasil, a prisão foi feita para não funcionar.

Dona Tereza discursa como familiar de preso e presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Minas Gerais. A sua trajetória com a luta abolicionista começou há mais ou menos 12 anos, quando teve um dos seus filhos encarcerados pelo Estado. Ela conta que, em uma festa, seu filho se envolveu em uma confusão e para fugir roubou um carro.

Ele foi encaminhado para o Ceresp Gameleira. Na época,

o registro era feito pelos próprios agentes penitenciários, na porta da unidade prisional. Dona Tereza diz que não teve informações precisas sobre quais documentos eram necessários para o cadastro e sempre tinha que voltar pra casa por não ter em mãos todos os documentos. Em sua quarta tentativa, pediram a ela o documento de identidade do filho, retido pelo sistema desde a prisão.

– O sofrimento já começava ali, quando a gente tentava ter acesso ao nosso ente que estava preso. Quando eu questionei o sistema e perguntei se eles podiam me entregar a carteira dele para eu fazer o xerox, parece que foi uma grande ofensa. Elas me xingaram de tudo que vocês podem imaginar. Mas o que mais doeu foi quando a agente disse que não estava à disposição de vagabundo nenhum que estava preso.

O episódio despertou uma grande dor e revolta em Dona Tereza, que chegou a pensar em chamar a polícia e denunciar o ocorrido. Como era seu primeiro contato com o sistema prisional, recuou.

Foi na porta do Ceresp que conheceu Lourdes, membra da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte. A Pastoral é uma ação da Igreja Católica no Brasil que busca a evangelização dos presos nas cadeias, além de zelar e de promover direitos e dignidade humana dentro do sistema prisional. Lourdes convidou Dona Tereza para a primeira reunião de construção da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, organização que hoje preside e aconselha. O projeto é formado por familiares, profissionais do direito e voluntários e tem como objetivo garantir os direitos humanos dentro das unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em sua primeira reunião, Dona Tereza encontrou nomes que ajudaram a construir o projeto. Nenhum deles eram familia-

res, mas juntos queriam criar um grupo de apoio que ajudasse a dar voz para essas pessoas. O grupo busca empoderar os visitantes e esclarecer os direitos tanto das pessoas presas quanto dos familiares. O símbolo da Associação é uma pipa em movimento, em referência à liberdade dos presos.

Desde a prisão do filho, Dona Tereza atua ativamente na Associação. Ela dedica todo o seu tempo ao apoio e à assessoria de familiares, além de organizar eventos para dar visibilidade à luta pelo desencarceramento em massa. Sua atuação na Associação é voluntária, assim como a de todos os vinculados ao grupo.

Dona Tereza já foi microempresária, tinha um restaurante no bairro onde mora atualmente, na área industrial de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ela conta que chegou a ganhar dinheiro com o empreendimento, mas teve que fechar o estabelecimento por causa de uma desocupação que ocorreu há alguns anos atrás. O restaurante era a sua única fonte de renda. Hoje, vive de aposentadoria.

– Qual a função social do cárcere? O Estado usa do dinheiro público para moer pessoas. Ninguém entra no sistema prisional e sai do mesmo jeito que entrou. A pessoa sai de lá perturbada ou louca e com uma ficha ‘suja’ que nunca mais vai arrumar um emprego na vida. O sistema embrutece as pessoas. Dizem que o sistema foi criado para ressocializar o preso. Primeiro, ele nunca foi socializado. Ele não teve acesso a uma educação de qualidade, saúde, lazer e ao direito de viajar. Ele não teve acesso a uma biblioteca de qualidade. Cometer um crime nem sempre é uma escolha. Às vezes é um impulso, outras uma necessidade ou influência dos outros. Imagina, um cara pega um menino e fala que ele vai ter dinheiro para comprar isso ou aquilo. Coisa que ele nunca teve acesso na vida. Aí ele acaba cometendo um crime.

Para atuar na Associação, Dona Tereza abriu mão das visitas ao filho. Ela conta que das poucas vezes que vê o filho é quando está fazendo algum trabalho relacionado à Associação.

– *Quando ele me vê, ele sussurra bem baixinho ‘bença mãe’ e eu sussurro de volta ‘Deus te abençoe, meu filho’. Os agentes não podem saber que eu sou a mãe dele. É muito perigoso. Imagina se eles descontam nele a raiva por mim?*

O Brasil é o terceiro país que mais prende no mundo, segundo o relatório do *Institute For Criminal Policy Research*, da Universidade de Londres, no Reino Unido. O país possui a taxa de aprisionamento de 197,4%. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. D. Tereza diz que o sistema exerce o poder de “forma seletiva”, escolhendo quem será ou não punido por ele.

– *O tráfico é uma empresa e as pessoas não conseguem imaginar isso. E como toda empresa, ele tem seus funcionários, em todas as escalas. Costumo dizer que estas crianças que acabam no tráfico são empreendedores natos. O ‘cara’ começa ali fazendo um ‘aviãozinho’ [busca e entrega droga para o cliente], depois vira ‘fogueteiro’ [auxilia no tráfico, informando os traficantes e moradores a presença de policiais na periferia, usando um sinal que seja reconhecido por todos da comunidade] e assim por diante, até chegar na gerência. Isso é claro, se ele não morrer no meio do caminho. Agora, imagina se essa habilidade que acaba no tráfico fosse usada para outra coisa? Se esse menino tivesse tido uma oportunidade, a história seria outra. Eles falam que quem comete crime não é por falta de oportunidade. Mas eles não entendem que oportunidade deve ser para todos, não para uma parcela mínima da população. A oportunidade não chega até a periferia.*

Penas perdidas

Falar sobre o movimento abolicionista em um país de altos índices de violência e problemas de funcionamento do órgão de segurança pública é uma questão delicada, principalmente pelos conceitos já naturalizados pela sociedade sobre a situação penitenciária e a punição dos “bandidos” como a única opção viável para proteger o indivíduo contra crimes e violências.

O criminólogo holandês e principal teórico do abolicionismo, Louk Hulsman, disserta sobre as sequelas da privação de liberdade na vida de uma pessoa encarcerada e considera a prisão como um mal social, um sofrimento estéril. Para ele, se a sociedade conhecesse o modo como o sistema prisional funciona na prática, seria impossível sua defesa. Dados sobre a população carcerária, fatores que levam os indivíduos a situação de crime, formação de organizações criminosas e rebeliões, indicam a falência desse sistema, que não cumpre com sua função principal: a ressocialização do preso na sociedade e prevenção de futuros delitos.

O abolicionismo penal surge como uma resposta ao Direito Penal, sistema que prega o punitivismo como única forma de reação social frente à criminalidade, sem produzir efeitos po-

sitivos na sociedade. O movimento emerge no final da Segunda Guerra Mundial, como solução humanista para crimes cometidos na época, mas só ganha força no final das décadas de 1960 e 1970. Os teóricos argumentam que a sanção restritiva de liberdade não cumpre com seus objetivos pressupostos pelo Código Penal e, por isso, propõem formas alternativas de responsabilização pelos crimes, como afirma Cezar Roberto Bitencourt, Doutor em Direito Penal pela Universidade de Sevilha, na Espanha:

A abolição da prisão supõe o desenvolvimento de formas alternativas de autogestão da sociedade no campo de controle da delinquência. Tais formas autogestionárias de controle exigiriam a colaboração das entidades locais e das associações obreiras, a fim de evitar o isolamento social que sofre o infrator quando é recolhido a uma instituição penitenciária.

O abolicionismo vai além da extinção das prisões, o movimento questiona todo o sistema penal e ao uso da repressão estatal como instrumento de manutenção da segurança pública e redução dos altos índices de violência. Dentre as várias frentes teóricas, a concepção de Hulsman é a qual mais se destaca. O criminólogo propõe a abolição do sistema penal como um todo e apresenta soluções mais efetivas de responsabilização, como o “aumento de políticas preventivas do delito, atuação antes da situação-problema vir-a-ser; resgate da maioria das pessoas envolvidas em situações-problemas, a uma solução conciliadora; e, falhando essas duas possibilidades de resolução, opta-se por uma solução judiciária não penal”.

Os defensores do movimento, considerado o Direito Penal Moderno, ressaltam que remover práticas coercitivas de controle social abre espaço para um convívio mais dinâmico e humano entre as esferas sociais, além de abrir novos caminhos para uma nova justiça não-seletiva. Entretanto, o abolicionismo penal sofre diversas críticas de profissionais do Direito e pela desconfiança social sobre a efetividade do modelo na prática. Entender que existem outros modos de responsabilização que não a privação de liberdade pode ser de difícil absorção para cidadãos comuns, acostumados com o modelo atuante, em que punir é uma prática natural.

Nove pontos resumem o movimento abolicionista, segundo a Pós-Doutora em Criminologia e Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires e pela Universidade Federal do Paraná, Vera Regina de Andrade: (1) abolir a pena privativa de liberdade; (2) colocar no lugar da pena mecanismos de reconciliação em uma comunidade ansiosa; (3) descriminalizar a política dos jovens; (4) desmascarar a execução do tratamento; (5) desestatizar o controle social; (6) organizar a reparação e o esclarecimento dos conflitos; (7) acionar uma política criminal negativa; (8) elaborar uma teoria sensível do Direito Penal e da pena; (9) exercer uma crítica negativa ao “status quo” da justiça penal.

Prisões nem para o meu maior inimigo, afirma Dona Tezeta. O abolicionismo surge como solução para a atual crise do sistema penal brasileiro, além de ajudar a pensar formas alternativas de penas que não abrace o cárcere e as constantes privações de direitos nas cadeias do país.

Pecado capital

O Brasil é um dos países que mais encarceram mulheres no mundo, com aproximadamente 42 mil presas. Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento feminino aumentou em 455%, segundo os dados da 2ª edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres.

De acordo com o Relatório de Atividades realizadas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre os anos de 2014 e 2016, as dores do aprisionamento vivenciadas por mulheres em situação de cárcere são intensificadas pela ausência da visita, as quais são isoladas tanto por parte da sociedade, como pela própria família. A maioria das mulheres encarceradas enfrentam a rejeição moral, o que afeta diretamente nas dinâmicas familiares e as trocas entre o mundo externo e a prisão.

A taxa de aprisionamento cresceu drasticamente nos últimos anos, passando de 6,5 mulheres encarceradas a cada 100 mil habitantes (2000) para 40,6 (2016), o que configura um aumento de 525%. Os dados do Infopen apontam o tráfico de drogas como a segunda maior causa que mais prende no país, ficando atrás somente dos crimes de roubo e furto, com 37% das incidências.

O encarceramento por tráfico de drogas está em 28% das sentenças de homens e mulheres no cárcere. Entre os homens, a taxa de incidência corresponde a 26% do total de registros, contra 62% do percentual de aprisionamento feminino por tráfico.

Os dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017, apontam o aumento de mortes violentas intencionais nas rotas importantes de tráfico de drogas no país: o Ceará com 48,6%, seguido do Acre, com 41,8% no aumento de homicídios, lesões corporais e mortes em confrontos policiais, em relação ao ano anterior. Em 2016, o país registrou cerca de 7 assassinatos por hora, somando 61.283 mortes violentas intencionais.

A Lei das Drogas, lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, foi o principal motivo para o aumento expressivo do encarceramento feminino. Ela determina “medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.”

A lei anterior à atual, “Lei dos Tóxicos”, seguiu o modelo norte-americano de repressão e proibição às drogas. O aumento da pena mínima foi consequência das políticas de combate ao tráfico de drogas, que busca abranger toda e qualquer forma de distribuição e produção de substâncias ilícitas. Segundo a advogada Nana Oliveira, a maior crítica à medida é que ela não esclarece a distinção entre usuário e traficante, visto que as penas são distintas para os diferentes casos. O usuário é sujeito a penas alternativas e o traficante é condenado a restrição de liberdade.

– O problema das drogas foi que, um dia, os Estados Unidos acordaram e perceberam que elas afetam diretamente a

produção dos seus trabalhadores e que, mais cedo ou mais tarde, iriam dar despesas para o sistema. Eles não controlavam a produção, distribuição e não tinham o domínio da tecnologia. Para dominá-la, teriam que reconhecer a existência de uma outra população que já tinha o domínio prévio. Sem o domínio, o uso e o comércio tinham que ser crime. Agora, eles estão conseguindo o domínio dessa produção e, aos poucos, a legalização está ocorrendo no país. O discurso da saúde pública legitima o crime. Claro que ter um dependente químico na sua família é um 'baita' problema. Mas porque existem drogas ilícitas e lícitas? Porque existe uma hierarquia das drogas, sem nenhum embasamento científico. A dependência está relacionada ao uso que você faz de determinada substância. E o uso dessa substância se associa também ao poder aquisitivo do indivíduo. Se ele é de classe média, ele pode se entorpecer de drogas lícitas (por exemplo, antidepressivos). Caso contrário, ele se entorpece de crack, porque é mais barato. Ou o álcool. Ou o cigarro.

Para mulheres em situações extremas de privação de direitos, o tráfico acaba sendo uma alternativa para fonte de renda. Grande parte das detentas foram presas por portar, guardar drogas ou dinheiro oriundo do tráfico. Outras são encarceradas em decorrência do envolvimento dos seus companheiros.

– Ainda que ela tenha pouco conhecimento e não saiba de quase nada, ou pior, não tenha condições para interferir ou modificar aquela situação, sem colocar em risco a vida dela e dos seus filhos. O silêncio é o que mantém ela viva.

Nana explica que os olhos do aparato de segurança pública estão direcionados às camadas mais marginalizadas da sociedade, o que explica a taxa de encarceramento em massa de pessoas pobres, em maioria jovens e negros. O atual sistema prisional

é seletivo e ineficaz, visto que um em cada quatro condenados reincide no crime, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

– *O tráfico de drogas é uma expressão muito forte do superencarceramento no Brasil. Por exemplo, quantas pessoas comercializam drogas em áreas que não são de moradias negras e periféricas e que são presas? Os olhos do aparato de segurança pública e vigilância estão virados para as periferias. O sistema prisional brasileiro é seletivo e consequência de internalizações culturais que foram feitas nas pessoas durante anos. O crime é resultado da concepção cristã de ‘expiação dos nossos pecados’. ‘Cordeiro de Deus que tirais o pecado do mundo, tende Piedade!’ Na nossa sociedade, a prática de uma ação considerada crime é interpretada como um pecado. Ainda que isso não seja claramente dito. E como você expia o pecado? Através do sofrimento. É preciso sofrer e se mostrar sofrido. E isso é muito cruel, porque as pessoas começam a produzir narrativas de sofrimento.*

O tráfico de drogas traz impactos diretos na vida do familiar de preso. Além da atividade ilícita gerar um ciclo de violência nas camadas mais periféricas da sociedade, ela é uma ameaça para a vida de familiares de pessoas privadas de liberdade. Idelma Fonseca, advogada criminalista, explica que se o detento é viciado em alguma substância, ele acaba se endividando atrás das grades. O familiar deve, portanto, quitar com esse débito em prol da sua própria segurança e daquele que se encontra encarcerado. Por medo, eles pagam. A advogada explica que familiares chegam a fazer dívidas para pagar e muitos acabam entrando para a vida do crime.

– *O envolvimento direto ou indireto do preso com o tráfico*

de drogas pode fomentar, de diferentes formas, o envolvimento de seus familiares com a atividade. Seja para arcar com as dívidas do preso na cadeia ou pela influência do tráfico na vida dessas pessoas. Nas comunidades, o tráfico angaria crianças e promove a segurança. No caso das mulheres, elas passam a cometer furtos para complementar a renda, já que em muitos casos seus parceiros se encontram encarcerados pelo Estado, explica a advogada.

Mesmo sendo o “carro-chefe” das ações, o tráfico de drogas se relaciona com outros crimes, como de roubo e furto. Por exemplo, o indivíduo que deve ao tráfico, recorre ao crime de roubo ou furto como forma de conseguir dinheiro rápido ou para suprir perdas no negócio. O principal impacto disso é o encarceramento em massa de populações específicas, o que afeta a família, seja econômica ou afetivamente.

Segundo os dados do levantamento publicado pela Articulação Popular de Movimentos de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente do Brasil (MDDCA), publicado em 2018, o encarceramento de mães e pais trazem impactos diretos na vida de crianças e adolescentes. O relatório indica que crianças e adolescentes negras são as mais afetadas pelo encarceramento de seus familiares.

Com a perda de vínculos afetivos, o documento aponta a prisão de familiares como principal fator do desenvolvimento de sintomas psicoafetivos, como o surgimento de reações agressivas e o abandono escolar. Em muitos casos, a pessoa encarcerada era o responsável pelas despesas da família e, por isso, o índice de trabalho infantil por parte dessa população cresce. Para obter uma fonte de renda mínima, crianças e adolescentes procuram trabalhos informais, em situação de rua (no farol), domésticos (cuidar da casa), em lava-jato, comércio informal (camelôs) e comércio

de drogas.

Outro ponto levantado pela pesquisa é a presença de crianças e adolescentes no ato de prisão do seu familiar. De acordo com a MDDCA, das 14 crianças/adolescentes entrevistados, 6 reportaram ter presenciado violências por parte do Estado com o familiar. Os eventos violentos vividos afetam a existência desta população, ou seja, o sofrimento e as dificuldades começam bem antes do encarceramento.

O batidão

Grazy começou a cursar Direito quando já tinha quase o dobro da idade de seus colegas. A pele negra e o cabelo volumoso abaixo dos ombros também são exceção em meio ao burburinho dos jovens que aguardam o início das aulas no pátio da faculdade particular, onde ela nos recebeu na primeira vez em que a entrevistamos. Neste dia, por trás do sorriso fácil e do bom humor cativante, ela guardava o cansaço de quem está prestes a iniciar a terceira jornada do dia, depois de cuidar dos dois filhos e de ir trabalhar.

Durante dois anos e nove meses a rotina puxada também incluía uma visita quinzenal ao marido, que esteve preso em três penitenciárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A primeira delas foi o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp), localizado na Gameleira, bairro da região oeste de BH. A unidade foi pensada para receber, sobretudo provisoriamente, os presos em flagrante, recapturados ou que tiveram a prisão decretada. Apesar da pretensa transitoriedade que, em teoria, essa penitenciária deveria inspirar, e diante da superlotação dos presídios do Estado associada a sobrecarga do Judiciário, o Ceresp Gameleira acumula um contingente humano maior do que sua capacidade é capaz de abrigar e é, para muita gente, a primeira

experiência de privação da liberdade. Ou seja, é a porta de entrada para o sistema prisional.

Essa realidade não é somente do preso, mas também dos seus familiares, que passam a ser visitantes de presídio. Isso acontece com centenas de pessoas, que em geral são mães, filhas, irmãs, namoradas e, como Grazy, esposas. Estas mulheres são responsáveis por levar a seus parentes presos o mínimo necessário para uma sobrevivência digna, ou o *kit*: papel higiênico, sabonete, xampu, produtos de limpeza, comidas e remédios.

Grazy sempre esteve disposta a fazer as visitas ao marido. Afinal, ele é o pai dos seus filhos e mantém por ela um carinho terno. É verdade, também, que o sistema prisional não era novidade quando precisou fazer o cadastro como esposa, já que ela já havia sido a visita do irmão durante o ano em que ele esteve preso. Isso não a blindou totalmente contra as situações mais adversas, mas certamente lhe trouxe alguma malícia para quando está dentro do sistema, como nas vezes em que precisou passar por revista vexatória no Ceresp, quando a unidade ainda não possuía scanner corporal, instalado somente em julho de 2018.

A revista vexatória - ou íntima, como formalmente é chamada - é tida como uma espécie de estupro institucionalizado pelos críticos mais ferrenhos ao modo como o sistema penitenciário funciona. Trata-se de uma maneira invasiva de verificar se a pessoa ligada ao preso está trazendo algum objeto ilícito para dentro da penitenciária.

A prática consiste no desnudamento total ou parcial do visitante, agachamentos repetitivos e exames em determinadas partes do corpo, em especial as cavidades. É comum as agentes mandarem as mulheres abrirem a vagina, passar papel e tossir. Nestes casos, Grazy diz que a única maneira de lidar com a situ-

ação é agir com tranquilidade porque, caso a visitante demonstre nervosismo, as agentes tendem a expô-la sob o pretexto da desconfiança de que elas guardam algum objeto ou estão com alguma substância escondida.

Quando o marido foi transferido para o Presídio de São Joaquim de Bicas 1, localizado a 45 km de Belo Horizonte, Grazy sentiu um certo alívio, apesar da distância. Não precisaria mais passar pela humilhação das revistas íntimas, já que a unidade possuía a tecnologia do scanner corporal. Além disso, a penitenciária, situada em uma região praticamente rural, bastante afastada do centro do município, é exceção no quesito tratamento dado aos detentos e a seus visitantes.

As visitas quinzenais passaram a ser minimamente agradáveis. Diferentemente da maioria das outras visitantes, que vão apertadas e abafadas em ônibus e vans até a unidade, ela tinha a sua disposição o veículo da família. Apesar disso, nunca levou os dois filhos para eles não se acostumarem com aquele ambiente que ela nunca julgou ideal.

Entretanto, a rotina da visita, ou seja, o *batidão*, como ela mesma pontua, invariavelmente incluía os dois garotos, que precisavam colaborar para que a mãe conseguisse comprar e preparar o que seria levado para o pai. Sendo assim, Grazy precisava incorporar as crianças às rotinas de dona de casa, mãe, estudante e trabalhadora. Não foi impossível, mas também não foi fácil, ela pontua. *Tem que querer muito*. O dia da visita variava. Quando acontecia na sexta, ela pedia a alguém para ir às compras durante a semana e tudo ficar pronto no dia anterior. Quando caía no domingo, a logística facilitava, ainda que ela e os filhos perdessem todo o final de semana.

A fila para entrar em Bicas 1 é feita com senhas, retiradas na visita anterior. Ainda assim, é recomendável que se chegue cedo. Quanto mais tempo na fila, menos de visita. Embora o presídio fosse longe, Grazy conseguia chegar antes das 7h30 e aguardar até o início da chamada, às 8h.

Bicas 1 é, de fato, uma exceção, e isso fica bastante claro na fala de quem já teve experiências em outras unidades do sistema prisional mineiro. Como não haviam regras para o que poderia ser levado de alimento pelas visitantes, Grazy conseguia distribuir os 5 kg permitidos entre pratos simples, como arroz e feijão, e outros *fúteis*, como pudim, coxinha, pizza, e outras receitas consideradas especiais.

Se existem fatores internos que determinam a hierarquia entre os presos, seja o tempo de pena cumprido ou a proximidade com o poder paralelo das facções, podemos considerar que o mesmo vale para as visitantes, porém levando em conta a “qualidade” daquilo que elas trazem para seus familiares. Essa é uma lei que não se aplica para a entrada de objetos ilícitos, mas sim para aqueles que podem ser vistos e, também, de certa forma, ostentados, ou seja, os próprios alimentos. Essa é uma atitude maternal, como aponta Grazy. Quando se justifica - quase constrangida, como se sua personalidade forte permitisse - por ter levado, por exemplo, um salpicão para deleite do marido, ela diz que nunca gostaria de vê-lo se sentindo menor do que os outros que, porventura, pudessem ter acesso a determinado prato *especial*. É uma questão de cuidado, mas também de poder, de demonstrar preocupação com quem está abandonado pelo Estado, mas também para marcar território, para deixar claro quem é que estará lá em todas as visitas, se for preciso. No entanto, ela assume que, a cada visita, ia à *falência* para poder elaborar os pratos, ainda que em alguns

casos fosse repreendida pelo marido, como na vez em que ela levou um pote de um determinado doce e ele pediu para que ela não trouxesse de novo, já que este é o favorito do filho mais velho.

Engana-se quem acha que, por levar pratos elaborados para o marido enquanto ele esteve preso em Bicas 1, Grazy desfrutava de uma vida fácil. Quando ele foi preso, a vida da família virou *de pernas para o ar*. Na época, para se dedicar aos estudos, ela havia acabado de deixar um emprego razoável. O plano deu certo durante um mês, depois disso ela foi surpreendida com a notícia da prisão. Foi aí que tudo desandou e as contas não deixaram de chegar, principalmente o aluguel da casa onde mora com os dois filhos. Com certo constrangimento, mas sem deixar seu jeitão espontâneo de lado, Grazy garante ter se livrado de tudo aquilo que o marido adquiriu *do ilícito*, não como uma forma terapêutica de lidar com a situação, mas para conseguir sobreviver e garantir o básico para as crianças e para si.

Antes dela arranjar o primeiro estágio remunerado, somente no nono período da faculdade, Grazy e os filhos sobreviviam com a ajuda dos pais dela e do auxílio-reclusão, direito garantido aos dependentes do segurado do INSS que contribuiu regularmente para a previdência e está preso em regime fechado ou semiaberto.

Apesar de toda a polêmica e desinformação que rondam o assunto, o auxílio é um direito constitucional garantido pelo artigo 201 da Constituição Federal de 1988 que, no inciso IV, prevê os benefícios de “salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda”. Além disso, para obtê-lo é necessário preencher uma série de pré-requisitos básicos e, por vezes, complexos. Uma rápida pesquisa em um site de buscas nos leva ao site do Ministério da Economia, que inicia o texto

com as seguintes afirmações:

Benefício devido apenas aos dependentes do segurado do INSS preso em regime fechado ou semiaberto, durante o período de reclusão ou detenção. O segurado não pode estar recebendo salário, nem outro benefício do INSS.

Para que os dependentes tenham direito, é necessário que o último salário recebido pelo trabalhador esteja dentro do limite previsto pela legislação. Caso o último salário do segurado esteja acima do valor limite estabelecido, não há direito ao benefício.

Assim como outros cadastros que envolvem o sistema penitenciário brasileiro, o auxílio-reclusão é solicitado on-line, por meio do portal *Meu INSS*. O usuário, então, informa seus dados, obtém o requerimento do serviço e marca dia e hora para comparecer à unidade do INSS com os documentos originais necessários. Boatos e informações inverídicas sobre o auxílio-reclusão são comuns num país onde o cárcere e a violência policial são vistos como soluções para problemas de segurança pública. O benefício existe para garantir amparo à família do segurado preso de baixa renda, que muitas vezes é o principal provedor da casa. Portanto, se o Estado o recolhe para uma casa de detenção e retira dos dependentes o acesso à condições básicas de sobrevivência, nada mais justo que ele contribua para que aquela família não fique totalmente desamparada.

Para verificar a situação financeira da família, o Estado checa o último salário recebido pelo indivíduo antes de ser preso, que deve ser igual ou inferior a R\$ 1.319,18. Além disso, para ter acesso ao benefício é preciso comprovar a dependência do “segurado recluso”. De modo geral, o auxílio-reclusão tem o objetivo

de assegurar a manutenção e sobrevivência da família do preso de baixa renda que contribuiu para o INSS enquanto empregado e gerou o direito de ter sua família amparada em caso de reclusão, conforme assegurado pela legislação previdenciária. Isto é, antes de ser preso, ele garantidamente levou uma vida considerada honesta - ao menos para o Estado.

Violência institucional

O art. 326 do Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP-MG) explicita as regras e os procedimentos recomendados para a revista vexatória (revista íntima). Em unidades que dispõem do scanner corporal, “será obrigatória a revista mediante passagem das pessoas pelo equipamento” e somente as pessoas que se recusarem a passar pelo equipamento devem ser submetidas ao procedimento padronizado de revista’.

De acordo com o art. 324 do documento, a revista íntima deverá ocorrer somente quando as unidades não dispuserem de scanner corporal e será realizada dentro dos termos estabelecidos no art. 4 da Lei Estadual nº 12.492/97, segundo a qual ‘toda e qualquer inspeção das cavidades corporais vaginal e anal, das nádegas e dos seios, efetuada visual ou manualmente, com auxílio de instrumento ou objeto, ou de qualquer outra maneira’, só poderá ser realizada mediante autorização do Diretor da unidade prisional, ‘baseada em grave suspeita ou em fato objetivo específico que indique que determinado visitante pretende conduzir ou já conduz algum tipo de arma ou droga em cavidade do corpo’.

Entretanto, a revista vexatória é um procedimento padrão dentro das unidades prisionais e é uma das reclamações mais re-

correntes de mulheres que visitam o sistema prisional. Além de violação da liberdade individual da mulher, é um tipo de violência cotidiana nos procedimentos de visitas.

Até amanhã

Foi no lançamento da Frente Estadual Pelo Desencarceramento, em março de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que encontramos CaCá pela primeira vez. Com a presença de familiares de presos, profissionais do Direito, pesquisadores e funcionários do sistema prisional, o lançamento debateu pautas importantes sobre a situação atual do sistema carcerário brasileiro. Antes do encerramento, CaCá pegou o microfone e contou a sua história.

– O Estado me entregou o meu filho morto.

Inconformada com o ocorrido, CaCá busca justiça. Ela acredita que o filho foi assassinado por agentes penitenciários no Ceresp Gameleira, em 2015. Durante sua fala, CaCá mostrou o laudo pericial, documentos e impressões técnicas da situação da morte do seu filho Thiago. Abalada, CaCá se recusava a deixar o microfone sem terminar sua fala. Ela mostrou a foto do filho “suicidado” na cadeia, com o uniforme vermelho virado ao avesso, pendurado por uma corda retirada de um colchão.

Procuramos CaCá no final do lançamento. Explicamos a ela o nosso projeto e ela não hesitou em nos conceder uma entrevista. Fui recebida por ela em sua casa, no bairro Bom Jesus, região Noroeste de Belo Horizonte, próximo à área central. Provar

que o filho foi assassinado pelo Estado se tornou sua vida.

– Eu nunca perdi uma visita. O meu filho contava comigo, eu era a única pessoa que ele tinha do lado de fora. Se ele fosse até os 100 anos pra cadeia, eu o acompanhava.

Thiago teve a primeira passagem no sistema prisional aos 17 anos, na antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), em São Paulo. Sua família é natural de Minas Gerais, mas por muitos anos CaCá e o filho viveram na capital paulista. Ela tinha um salão de beleza na cidade, o pequeno empreendimento era a sua única fonte de renda. Receosa por possíveis julgamentos, CaCá não comentava com suas clientes sobre a situação do filho. Nos dias de visita, ela não abria o salão.

Diz que no começo se arrumava para ir para a cadeia. Passava maquiagem, escovava o cabelo, vestia uma roupa bonita. Mas, com o tempo, deixou o cuidado de lado. As horas de espera, as constantes idas e vindas do filho no cárcere fizeram que ela perdesse um pouco do *gosto pela vida*. Ela se perguntava o porquê da maquiagem, sendo que o caminho até o presídio era longo e exaustivo e ao chegar lá tinha que colocar um chinelo de dedo e roupas de moletom para entrar.

– Tem muita mulher que chega dois dias antes da visita, dormem ou pagam alguém para ficar na fila. Algumas chegam lá direto da balada, com a maquiagem toda borrada. Você vê de tudo. Você sabe quem é a mulher de bandido, aquela que conhece o cara já preso e visita sempre. Elas têm dinheiro. Elas também vivem a vida do crime.

CaCá não imaginava que um dia o filho iria parar *atrás das grades*. Seu sonho era ter o visto se formando na faculdade, mas Thiago parou de estudar muito cedo, não chegou a completar o Ensino Médio.

A abordagem das agentes penitenciárias era uma das coisas que mais assustava CaCá.

– Filho não vem com manual. Não fui eu que errei. Foi o meu filho e ele estava pagando por isso. É muito sofrimento, mas com o tempo você se acostuma e vira rotina. São situações muito humilhantes. Às vezes, eu chegava para a visita e o meu filho tinha sido transferido para outra unidade. Eles não avisam e você perde a viagem.

Em um dos cumprimentos de sentença, Thiago foi transferido para uma unidade em Bauru, interior de São Paulo. O apelido do presídio era “mamão com açúcar”, porque lá considerava-se que o preso e o familiar eram tratados com dignidade. Em Bauru, a rotina de preso de Thiago incluía o trabalho em uma empresa de lavagem de jeans. Para CaCá, a distância era ruim, mas para seu filho era uma oportunidade para cumprir sua pena com um mínimo de dignidade. Ela me mostrou uma foto do filho, na unidade, ainda jovem.

Com as constantes passagens do rapaz pelo sistema prisional, CaCá resolveu se mudar para Belo Horizonte, onde a sua família vivia. Ela pensou que talvez o filho saísse da vida do crime diante da nova cidade. Ela conta que, no caminho para a capital mineira, foi assaltada no ônibus e levaram todas suas economias. CaCá teve que recomeçar do zero. Juntou dinheiro e abriu um salão em sua nova cidade. Pouco tempo depois, arrombaram o estabelecimento e roubaram seus móveis e seus objetos de trabalho. Ela não se abalou, continuou trabalhando.

– Acho que os funcionários do sistema são pessoas muito tristes, porque não tem uma explicação que justifica o tratamento deles com a gente e com quem está preso. Minha mãe acordava de madrugada para preparar a comida do Thiago. Mas a demora

era tão grande para entrar que a comida ficava fria ou azeda lá dentro. No Ceresp tinha uma agente que todo mundo tinha medo dela. Ela implicava com tudo e tratava o familiar igual um animal. Chegou um dia que mataram ela na porta do presídio.

Em uma visita em Bicas, CaCá foi pesar o kit, que não podia passar de 5 quilos, e teve que tirar duas bananas. Ela esqueceu de jogar a banana no lixo e colocou de volta na sacola. As agentes penitenciárias viram e chamaram sua atenção. Segundo ela, o visitante é vigiado durante todo o tempo - antes, durante e depois da visita. Noutra situação, quando estava saindo da cadeia, viu alguns meninos do lado de fora trabalhando. CaCá queria saber se o trabalho era algum tipo de benefício. Ao ver a situação, o agente se aproximou dela e afirmou categoricamente que ela não podia conversar com os presos, porque era *perigoso*. Ela retrucou o agente dizendo que eles não deveriam estar ali durante o tempo da visita.

Como mãe, CaCá lamenta não poder ter estado presente em momentos que o filho estava passando por algum problema de saúde, como quando Thiago foi internado para uma cirurgia de apêndice e ela só foi comunicada quando ele já estava na sala de operações. Depois de 5 cirurgias, o médico a comunicou que tudo correu bem. Ela não foi autorizada ver o filho naquele dia.

– Eu sempre fui o perfil da visitante que incomoda o sistema. Eu fazia muitas reclamações. Mas foi em 2013 que a situação agravou. O Thiago tinha direito a uma saída e eles não deram pra ele o alvará. Isso deixou ele muito magoado. Eu pedi dinheiro pra minha irmã e paguei uma advogada pra ele. Ela me tratou super mal e não ajudou o meu filho em nada.

Thiago era o seu único filho e deixou Letícia*, sua neta de 12 anos, que hoje vive com sua irmã. Letícia fez só uma visita

assistida ao seu pai na prisão, quando tinha 4 anos. CaCá pediu que uma psicóloga acompanhasse a visita, mas ela não pôde ir no dia. Ela explicou para a neta que seu pai estava em um hospital e seu braço estava machucado. CaCá disse isso porque pensou que Thiago iria estar algemado, o que não aconteceu. Ela conta que, durante a visita, Letícia pediu que o pai abrisse a porta, porque tudo era muito fechado. Mas a porta só abria pelo lado de fora. Letícia sabia onde o pai estava. CaCá conta na entrevista que quando a menina aprendeu a escrever, ela escrevia pedidos que o pai deixasse a vida que levava.

– Eu já estava ficando cansada e meu filho sabia disso, porque ele me conhecia muito bem. Parece que os agentes penitenciários já sabem as pessoas que vão voltar pra cadeia. Eles falam assim ‘até amanhã’. Foi assim com o Thiago e ele não é o único.

Mãe de todas

A dificuldade de fazer Dona Tereza sentar conosco e contar sobre o seu trabalho é justificada pelo fato de ela ter uma rotina bastante cheia, tendo que se dividir entre as tarefas de dona de casa e as obrigações como presidenta do Grupo de Amigos. A impressão que fica é que para ela não há prioridade, mas necessidade: se você é um familiar de preso que está passando por algum problema, tem dúvidas sobre o processo judicial ou precisa de atenção especial por conta de questões relacionadas ao sistema penitenciário e à vida fora dele, ela estará disposta a te ajudar antes de qualquer coisa.

Não à toa, quando finalmente conseguimos marcar um encontro, o lugar escolhido foi a Casa dos Direitos Humanos, na Praça Sete de Setembro, no centro de BH, logo atrás do Unidade de Atendimento Integrado (UAI). Apesar de ter perdido o direito de ocupar uma sala no prédio desde o início do mandato do governador Romeu Zema (Novo), em 2019, ela ainda faz questão de ficar por perto, sempre atenta às demandas que chegam. Na manhã de fevereiro, em que fomos encontrá-la pela primeira vez, a entrevista atrasou alguns minutos justamente porque ela parou para ajudar uma senhora a entender como solicitar atendimento

médico para o filho dentro da prisão.

A força que move Dona Tereza entende-se logo de cara, ao vê-la transitando por esses espaços que hoje ignoram a importância da sua presença. Todos esses anos como familiar de preso e membro do Grupo de Amigos conferiram a ela sabedoria e frieza para abdicar das visitas ao próprio filho para lutar pelo fim do aprisionamento em massa. Para suprir a necessidade de se fazer presente na vida do filho encarcerado, ela ajuda outras pessoas que estão na mesma situação. E para colaborar para que a vida dos presos seja menos cruel dentro das cadeias, ela se dispõe a construir redes de apoio que movimentam outras pessoas como vidas pela causa.

Foi assim que o trabalho de Dona Tereza se intensificou nas penitenciárias femininas da Região Metropolitana de BH. Além de serem obrigadas a conviver em condições degradantes de higiene, superlotação e falta de infraestrutura, as presas sofrem com o abandono dos familiares. Segundo a estimativa hipotética de Dona Tereza, feita de cabeça para ilustrar esse cenário, se um presídio masculino possui 300 presos, em média 200 recebem visitas; agora, se temos o mesmo número de internas em um presídio feminino, o número das que recebem familiares em dias de visita cai para 50 – *jogando alto*, como ela faz questão de pontuar.

– Se pro homem a prisão é ruim, pra mulher ela é péssima. Começa lá quando a polícia bate na casa. A mulher mora com o cara, tem filho com ele ou namora e tá lá na casa dele. O cara tem droga na casa, alguém faz uma denúncia ou a polícia mesmo já tá monitorando. A polícia bate na casa e ele mete o pé, porque consegue pular muro, fazer isso, fazer aquilo, então, na primeira oportunidade, ele sai fora. Ela não consegue correr e fica em casa: muitas vezes os filho tá lá, ou o cara saiu e a droga

tá guardada sem ela saber, aí ela acaba sendo presa. Em muitos dos casos, a droga não é dela, não é ela que vende. Ela teria que ser presa simplesmente por associação ao tráfico, mas é presa como traficante. Os filho fica ou com a mãe ou com a sogra – em geral com a mãe – que não vai visitar porque não tem dinheiro pra comprar nada, nem pagar uma passagem, porque vai ter que tratar do filho daquela mulher. É mais uma boca pra comer.

Outro motivo apontado por Dona Tereza para o abandono das presas é a questionável ideia de que as mulheres, simplesmente por serem mulheres, não deveriam cometer crimes ou atos de violência, comportamentos mais aceito em homens; opinião que as famílias, em geral, compartilham com o restante da sociedade. As mães relegam as filhas ao esquecimento enquanto se esforçam para conseguir realizar a visita aos filhos homens.

– *“Eu não mandei minha filha namorar ou ir morar com aquele vagabundo”, elas dizem. “Eu dei conselho, ela não quis ouvir.” Mãe de mulher é vingativa, só.*

Namorados, maridos, filhos, pais e irmãos são raros nas filas das portas dos presídios femininos em dias de visita.

Dona Tereza acredita que o próprio sistema penitenciário e as instituições públicas que o regem compartilham da opinião de que a mulher, enquanto presa, deve ser tratada da mesma maneira que o homem preso – com o adendo de ser afastada do convívio familiar. Isso é um reflexo da própria posição da mulher na sociedade: aquela que decide não ter filhos é vista com maus olhos; uma que têm filhos, comete um crime e é condenada por um período de tempo razoável à prisão, é posta no limbo. É como a jornalista Nana Queiroz diz em uma passagem do livro *Presos Que Menstruam*: “a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças”.

Um caso que chama atenção aconteceu na Penitenciária José Abranches Gonçalves – popularmente conhecida como *Fazendinha* –, localizada em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nas palavras de Dona Tereza, o presídio é *o cão* em questões de infraestrutura e de tratamento às presas. Em uma das inúmeras trocas de direção, colocaram uma diretora *bacana, muito justa*, que conseguiu fazer um trabalho de conscientização com as internas para que elas cumprissem obrigações em troca de diretos.

Um desses benefícios adquiridos nasceu de uma parceria com a OAB para a construção de um anexo que reuniria salas para serviços médicos, de assistência social, de psicologia e uma brinquedoteca, espaço reservado às presas que têm filhos, mas não possuem quem os leve para visitá-las. Ali, seria possível promover visitas assistidas nas quais a mãe ficaria entre 20 e 30 minutos com a filha ou filho sem estar algemada.

– Pois não falaram que vão desativar a unidade e colocar polícia lá, depois de tudo pronto? Mandar as presas pra uma unidade que tá infestada de rato, barata, escorpião, que fica no fim do mundo. Em Neves tem ônibus o dia inteiro, pode agendar uma visita assistida a cada 30 minutos que o familiar consegue chegar. No lugar onde eles vão mandar as presas tem ônibus às seis da manhã, outro às nove da manhã, outro às duas da tarde e outro às seis da tarde. Quer dizer, se eu marcar uma visita assistida para duas horas da tarde, eu tenho que sair de casa pra pegar o ônibus das nove da manhã, senão eu não visito. Eles faz de tudo pra atrapalhar.

Sem visitas, as presas não recebem o kit, que varia conforme a unidade e é entregue pelos familiares na porta das cadeias periodicamente.

– Ou seja, ela não tem um xampu, um condicionador, um creme pra pele, desodorante. Ela não tem uma gilete pra limpar as partes íntimas, porque o Estado não fornece. Ela não tem calcinha, não tem sutiã porque o Estado também não fornece.

Por conta disso, Dona Tereza desenvolveu a campanha Flores no Cárcere, que arrecada itens de higiene pessoal para as presas que não recebem o kit. A divulgação é feita em universidades particulares de Belo Horizonte e, em contrapartida, o Grupo oferece palestras sobre a atuação junto às famílias e aos presos.

A ausência do Estado é tão gritante no sistema prisional que as presas enfrentam a escassez das coisas que, para pessoas que nunca cruzaram diretamente com o sistema prisional, parecem básicas. Por mês, elas recebem oito unidades de absorventes e um rolo de papel higiênico – a mesma quantidade que é dada aos homens presos. Tudo isso tem potencial para gerar doenças endêmicas nas cadeias femininas, principalmente quando o assunto são as lâminas de depilação. Como a maioria não recebe visitas e, portanto, não tem acesso a esse tipo de objeto, as que o possuem porque foram levados pelos familiares transformam elas em moeda de troca, passam de mão em mão. O mesmo acontece com as calcinhas e é aí que as doenças vão se espalhando.

A falta de absorventes faz com que as presas improvisem o uso de materiais alternativos para lidarem com a menstruação. Um dos mais difundidos, segundo Dona Tereza, é o miolo do pão que elas recebem de café da manhã. Assim, elas conseguem acumular uma boa quantidade - já que são supridas diariamente com pão e café, logo nas primeiras horas do dia.

Quando vai até os presídios femininos realizar as entregas dos kits, Dona Tereza não está só atuando como a ativista que é, como também incorpora uma figura maternal que não pré-julga

as presas. Pouco importa quais foram os motivos que levaram as detentas até ali: para ela, a prioridade é que elas tenham acesso ao *básico para uma vida digna*.

Nestas ocasiões, muitas vezes ela tem contato com algumas detentas que já a reconhecem de outras visitas à unidade. Elas, em geral as *faxinas*, como são chamadas as presas que ficam responsáveis pelos serviços de limpeza nos presídios, aproveitam o breve contato com Dona Tereza para pedirem algumas informações sobre o *mundo livre*. A maioria está preocupada em saber onde estão os filhos, se eles estão estudando e se seria possível enviar uma cesta básica para a casa onde eles estão - muitas delas não fazem ideia onde as crianças ficaram depois da prisão.

Negra, jovem e periférica

O sistema prisional brasileiro é uma bomba-relógio prestes a explodir. Com uma população de mais de 700 mil pessoas encarceradas (estimativas indicam quase 800 mil em 2018), as prisões impactam diretamente milhões de famílias no país. Um dos principais problemas é a superlotação carcerária, seguida de altos índices de reincidências, o que afeta toda a rotina do familiar que visita o encarcerado. Ele sofre com infraestruturas precárias, descaso estatal e constantes violações de direitos nas recorrentes idas aos complexos para as visitas.

Em 2017, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgou um levantamento da atual radiografia do sistema prisional brasileiro. Os dados atualizados em junho de 2016 apontam que cerca de um terço dos detentos possuem idades entre 18 e 24 anos. Além disso, 61,67% das pessoas encarceradas são negras.

Os presídios possuem uma infraestrutura para atender cerca de 368.049 vagas, o número indica a taxa de ocupação das cadeias em 197%. São Paulo, Minas Gerais e Paraná são os estados com a maior população prisional do país. Nas cadeias paulistas, aproximadamente 240 mil pessoas se encontram presas, seguida de Minas Gerais, 68 mil, e Paraná, 51 mil.

Pessoas analfabetas, alfabetizadas sem cursos regulares e que não completaram o ensino fundamental correspondem a 61%

da população carcerária. Apenas 10% da população prisional concluiu o Ensino Médio. Os dados apontam o perfil da população carcerária brasileira: jovem, negra e periférica.

Prisões ruins criam uma espécie de bomba-relógio social, de acordo com a ONU. Em escala mundial, cerca de 30 milhões de pessoas estão presas em regime fechado. E a superlotação é um problema comum nas prisões ao redor do planeta, principalmente na África e na América Central. O cenário indica que, assim como o Brasil, outros países compartilham não só a crise prisional, assim como também a falência das políticas punitivas como solução para a redução da violência e do tráfico de drogas.

Com uma infraestrutura precária e, em geral, insalubre, as cadeias se tornam um ambiente propício ao contágio de doenças e de proliferação de epidemias aos detentos, funcionários e visitantes do sistema. Práticas de atos de violência e de tortura, má alimentação dos presos e falta de higiene básica se aliam ao problema. Ao ser condenado, o preso perde, além do não só o direito à liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais garantidos pela Constituição, que, teoricamente, ultrapassam ultrapassa a sua sentença de condenado.

O sistema prisional brasileiro desumaniza e rebaixa o cidadão a situações animais, o que o degrada como pessoa cidadã de direitos. As cadeias não cumprem com sua obrigação principal, que é oferecer ao condenado a ressocialização após cumprimento da sentença. O atual sistema carcerário rompe com o que está previsto na lei, principalmente no que tange aos Direitos Humanos.

– O Estado e as pessoas não compreendem o que são os Direitos Humanos e que a lei serve para garanti-los direito e empoderar a população sobre seus direitos e liberdades básicas,

fundamentais para assegurar sua dignidade. As pessoas entendem que os Direitos Humanos são feitos para proteger ‘bandido’. Mas, na verdade, ele ajuda a garantir que a pessoa tenha defesa, um processo justo e uma vida digna quando privada de liberdade. Isso é difícil de entender, porque, no fundo, a maioria das pessoas buscam vingança - explica Idelma Fonseca Macedo, advogada criminalista.

Muitas pessoas acreditam que os presos, geralmente negros e moradores de comunidades marginalizadas, merecem ser torturados e, em alguns casos, executados. Frases como ‘direitos humanos para humanos direitos’ e ‘bandido bom é bandido morto’ são comuns na boca da população.

Com os índices de violência crescendo exponencialmente, a sede por vingança se tornou uma resposta imediata ao problema. O resultado das eleições presidenciais de 2018 reflete fortemente a cultura do punitivismo existente hoje na sociedade brasileira. O presidente Jair Messias Bolsonaro continua a pregar as práticas punitivistas como solução para resolver os problemas do país no que diz respeito à segurança pública e às altas taxas de criminalidade. “[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”. O discurso de Bolsonaro indica uma governança “tolerância zero” ao crime. Ele já chegou a afirmar que irá “prender e deixar preso”. O lugar de bandido é na cadeia, como vociferam seus seguidores nas redes sociais:

– A política do presidente é encarcerar, encarcerar e encarcerar. Ele não entende sobre política pública de prevenção. Para ele, resolver ‘na bala’ é a solução.

O argumento da ‘violência pela violência’ não resolve o problema. O índice de segue aumentando, principalmente em co-

munidades mais vulneráveis, onde o acesso a direitos básicos é precário. Em comunidades em que a taxa de violência beira o absurdo, atos de tortura e violações de direito são naturalizados pelos próprios moradores. O país cheira pólvora e o gatilho está apontado para aqueles considerados ‘bandidos’ pelo Estado, sendo eles majoritariamente negros e pobres.

– Ali [nas comunidades], não há acesso à saúde e à educação de qualidade, além de ter baixas taxas de empregabilidade. Se o indivíduo não tem acesso às condições básicas que um cidadão de direito possui, a criminalidade acaba sendo uma solução para a sua própria sobrevivência.

Por isso, políticas públicas de prevenção são soluções eficazes e que agem direto no problema. De acordo com a advogada, a prevenção fomenta o acesso ao direito antes do indivíduo ter contato com a criminalidade.

Em Minas Gerais, o PrEsp (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional) busca promover o acesso aos direitos, incluir os egressos na sociedade e fortalecer vínculos familiares após o cárcere. O programa facilita também o acesso à advogados e assistentes sociais.

Solta o Preso Seu Juiz

- *Apenas tenha calma cunhadas e espera a providência do senhor, em breve o alvará sai e a Lili canta para os nossos guerreiros e a lili vai cantar pra vocês também.*
- *Qual apelido carinhoso vocês chamam seu guerreiro?*
- *Vesguinho.*
- *Meu bb.*
- *Meu probleminha.*
- *Meu pivete doido.*

- *Solta o preso seu juiz! Meu dinheiro não dá pra essa vida não. Eu não aguento mais gastar. Mais alguma cunhada exausta com tantos gastos?*
- *Eu fiquei exausta. Mas no final valeu a pena. Estamos juntos e felizes e mês que vem vamos casar.*
- *Nossa, cunha. Que bom ler isso!*

- *Eu aprendi no período em que meu marido esteve naquele lugar que somos nós dois e mais ninguém. Cansada? Ficaremos. Desgastadas? Mais ainda.*

*Quantas vezes eu não tive vontade de desistir?
Pqp vaaaaarias, mas eu não podia deixar ele so-
zinho. E se ele te ama tudo valerá a pena no final.*

- *A lili não cantou, ela gritou a tão sonhada liberdade. Assim como ela chegou pra mim, creio que vai chegar a de vcs. Minha filha não sabia que o pai dela tinha ganhado a tão sonhada liberdade.*
- *Que surpresa, em!*

- *Oi meninas, sei que não sou muito de interagir com vcs, mais queria desabafar com aqui, vejo que vcs são unidas e queria apoio...acabaram de matar o meu amor, estou sofrendo tanto.*
- *Força cunhada!*
- *O meu também. Já tem 9 meses e parece que foi ontem. Sofro muito, Deus acalme seu coração.*
- *Como foi isso?*
- *Ele tava foragido nega, em uma cidade muito longe de onde ele foi preso. Ai ontem acharam ele e o amigo dele e mataram os dois. Eu sei que ele tava errado (emoticon chorando), mais tá doendo tanto...*
- *Sim, ele pode está errado, mais não acho certo ninguém tira a vida de ninguém. Muita força nao quero imaginar a dor q vc esteja sentindo.*

- *Onde está a Saudade de vocês?*
- *Visito UPA videira.*
- *Santo André.*

- *Nelson Hungria.*
- *CDP de Nova Independência.*
- *CDP de Taiuva-S.*
- *Penitenciária Feminina de Votorantim. Minha princesa está a 1 ano la minha filha amada!*

- *Meu Deus Que Saudades Do Meu Grande Amor Amigas Meu Deus Dói Tanto A Saudades Mas Fé Em Deus Vou Está Matado Essa Saudades Amigas Na Próxima Semana Meu Deus To Contando As Horas É Os Dias Meu Deus Muito Tempo Estava Sem Visita Meu Marido Que Saudades Estou Dele.*
- *Confia Cunha, Deus está preparando o dia de vocês.*

- *Alguém podia ver o processo do meu esposo pra mim?*
- *Eu não sei ver.*
- *No TJ você consegue.*

- *Um preso filmou eles tomando uma cerveja na cela, vocês viram?*
- *Queria isso quando fosse ver meu preso, aff.*
- *Ai o povo acha que todo preso tem disso. Só faltou a liberdade.*

- *Oi Cunhadas. Gostaria de desabafar. Conheci meu namorado ja privado moramos na mesma cidade. Estamos junto a 9 meses. Sempre q vou visita-lo ele m fala q c terminamos pra ele n vai fazer*

nenhuma diferença. Mas ele fala q m ama tdos os dias. No comesso ele m falava ao comtrario. Q queria forma familia ter filhos casar. Sempre q cvs nos briga por besteiras e logo a palhaça aki termina depois volta atras . n vou mentir gosto mto dele mas ando mto magoada pelas palavras dele mto m fala q ele so quer alguem q fexa com ele la emfremto disprezo da minha familia pelo fato de envolver com ele. Ontem foi visita falei pra ele como fica nossa relação. Ele m disse vamos ficar ate a morte.

- *Já vivi isso.*
- *Acho que quem ta insistindo numa relação eh você.*

- *Meninas vcs sabem me dizer quanto tempo o preso pega, quando tá na condicional com tornozeleira e vai preso de novo por tráfico ?? pfv .*
- *Além de pegar um ano de castigo ele vai responder a 2 processos ou seja a condicional dele vai voltar a pagar td do início e mais o novo b.o força gata.*

- *Visitar marido ou familia não significa que você apoia o apoia na vida errada, significa que você está com ele para tudo e qualquer situação, sendo ela uma cadeia ou um hospital, cuidado com a lingua, pois nunca se sabe o dia de amanhã.*
- *Falou tudo não estamos lá para lazer estamos lá porque o amamos e acreditamos na mudança de-*

les.

- *Um Lado Da Minha História Que Poucas Conhecem, Meu Pequeno Anjo. Não Foi Atoa Que Coloquei O Nome Dele De Miguel. Deus Quis meu Menino Pertinho Dele nem Chegou A Ver O Papai*
- *Eu tbm perdi minha primeira filha e uma dor q nada cura meu marido tbm não conheceu mas Deus tá n frente dando força pra nos.*
- *Estou grávida tbm de 38 semanas e o meu marido ta preso .. Qro levar nosso BB pra ele conhecer tbm...*

- *Há, seu juiz. Solta o meu prezinho.*
- *O meu amor se encontra no pavilhão da saudade.*
- *Sábado tem visita.*

- *Visitei 7 meses, ai Deus mandou ele pertinho de mim de volta. Ai faz 1 mes que ganhou liberdade. Visitei por 2 anos e 2 meses pulando em cadeia em cadeia. Eu vivia correndo com o meu bebe no colo e um jumbo pesado pra ser a primeira. Agora sou o primeiro pensamento dele do dia quando ele vai trabalhar.*

- *Meninas, sera que demora muito pra marca a audiencia pro Reu ser julgado em juri popular ou MP decidir,se vai ser condenado ou solto?*
- *Up.*
- *O júri do meu demorou 4 anos aí ele foi absolvido*

só que agora caiu por 157.

- *Meu tio esperou 3 meses de uma chacina e foi absorvido.*

O relato acima respeitou a ortografia original das conversas nos posts do grupo “Solta o Preso Seu Juiz” no Facebook.

De trocas de informações aos conselhos pessoais, o grupo “Solta o Preso Seu Juiz” funciona como mais uma rede de apoio alternativa existente na internet. Descobrir como cada unidade funciona pode ser uma longa jornada para o visitante de primeira viagem. Telefones, processo de cadastro, regras internas da visita e informações sobre o que pode e o que não pode levar na visita não são atualizadas ou encontradas com facilidade. Em resposta, surgem grupos no WhatsApp e no Facebook com o objetivo de formar uma rede de apoio entre as familiares.

No WhatsApp, os grupos contam com psicólogos, assistentes sociais, advogados e familiares de presos. No mensageiro, grupos são divididos por estado e por unidades prisionais, diferente do Facebook, que reúne mulheres de todo o país.

“Solta o Preso Seu Juiz” é formado majoritariamente por mulheres, sendo elas mães, esposas e namoradas de presos. As ‘cunhadas’, como elas se referem umas às outras, compartilham relatos, desabafos e informações sobre a experiência com o sistema. Muitas vezes, elas trocam mensagens de apoio com fotos e frases de carinho daqueles que foram separados pelos muros de concreto das cadeias brasileiras.

O grupo é privado e para entrar é necessário responder a um simples questionário de três perguntas: quem é o preso, quando ele foi preso e qual unidade ele atualmente se encontra. Isso é necessário para evitar curiosos, infiltrados do sistema, como agentes penitenciários e policiais militares. Ali deve ser um ambiente seguro, livre de julgamentos, de discriminações e de incriminações.

O nome do grupo “Solta o Preso Seu Juiz” é em referência à saudade que elas sentem, do amor extramuros que permanece fora dos limites carcerários. Elas compartilham umas com as outras suas experiências pessoais, desabafos, informações sobre direitos e deveres do preso e do visitante, entre outros assuntos.

No grupo existe um pequeno comércio de produtos e de serviços prestados pelas visitantes. Desde cuecas até cartas customizadas com fotos delas são vendidas no grupo. Os pedidos são feitos por WhatsApp ou pelo *inbox* do Facebook e a entrega pelos correios. Cinco papéis de cartas customizadas chegam à R\$ 5.

A série de contos verídicos e fictícios ‘A verdadeira Madame do tráfico’, publicados por um perfil anônimo no grupo conta com os posts mais curtidos e mais comentados pelas visitantes. Sem ordem cronológica de publicação, os relatos são marcados por violências e por violações de liberdades individuais vivenciados por elas dentro das prisões.

Uma das histórias mais curtidas no grupo é sobre a revista vexatória. A protagonista portava drogas dentro da sua vagina e acabou sendo pega pelos agentes na situação de revista. Pediram que ela agachar três vezes, mas na segunda a droga acabou caindo e foi pega. Ela sofreu humilhações, ameaças e torturas psicológicas durante horas. E, para se livrar da situação, foi obrigada a levar drogas também para o agente, ou seja, o dobro da quantidade.

de que estava carregando. Sem saída, aceitou.

Durante a visita, contou ao seu marido o que tinha acabado de acontecer. Mas ele não confortou a esposa ou entendeu a situação, afinal, ela poderia ter sido presa por tráfico de drogas. Ele não se importou e acabou espancando a mulher no meio do pátio, por ela não saber “esconder as drogas direito”. Ela ficou com medo do que poderia acontecer caso fosse pega com drogas de novo e rompeu com o marido e se mudou para outra comunidade. O perfil não deixa claro se a narrativa é verdadeira ou ficcional.

Direito a ser pai

A Lei de Execução Penal (LEP) não garante ao preso o direito de deixar a cadeia para acompanhar a esposa ou a namorada em situações de perda ou de parto do bebê. No entanto, o Artigo 227 da Constituição Federal confere a todos os seres humanos “absoluta prioridade ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Pode-se entrar com uma ação judicial com o pedido, pautando os princípios contidos da Constituição. Mas cabe ao juiz conceder ou não a autorização.

Disneylândia Máxima

- *Oi, tudo bem? Sou a Isabela do Grupo Guerreiras da Nelson.*
- *Oi, tudo sim, Graças a Deus e você?*
- *Jóia. Você disse que eu poderia entrar em contato... Como disse antes, o nosso objetivo não é expor ninguém e sim contar as experiências vivenciadas no sistema prisional.*
- *Dependendo do nível da conversa e sem me expor, podemos conversar!*
- *Podemos marcar um dia e hora que sejam melhores para você?*
- *Olha, se você quiser tirar qualquer dúvida pelo zap, pode me falar que eu respondo. Pessoalmente não. Não quero me expor. Porque ao ser mulher de detento já é uma situação bem chata. E falar sobre isso, só se for pelo zap mesmo.*
- *E por ligação?*
- *Só mensagem.*
- *Beleza, posso te enviar as perguntas e você me responde pelo WhatsApp. Pode ser desse jeito?*
- *Ok.*

- *Como é a sua rotina de visitante do sistema prisional? O que mudou?*
- *Uma rotina comum. Infelizmente constrangedora, claro. Mas temos que ir. Eu tenho que me programar, até porque tenho que ver com quem vou deixar as crianças e qual comida levar para ele. Agora, tudo é diferente. Com o dinheiro que gasto na visita, a gente saía para comer algo ou levar as crianças no parque.*
- *Como é a sua rotina no dia da visita?*
- *Não tem rotina [risos]. É acordar e ir rumo ao presídio. Esperar a hora de entrar, ver ele e vir embora. É cansativo demais, chego em casa morta!*
- *Qual é a sensação de ser uma pessoa livre dentro da unidade prisional?*
- *Eu já estive dentro da cadeia inúmeras vezes. A sensação é de ser presidiária por 8 horas. é muito ruim □.*
- *Como é a sua relação com as outras visitantes? Vocês se ajudam? você fez alguma amiga durante suas visitas?*
- *Visito há pouco tempo a Disneylândia e converso um pouco no Grupo das Guerreiras e acaba que ajudamos umas às outras. No outro presídio que ele estava, fiz duas amizades. Começou com o contato dos próprios presos. Eles são melhores amigos, e o meu marido é pastor deles e eu também sou pastora aqui fora. Por isso, consegui me aproximar mais delas e hoje somos amigas.*

- *Qual é o peso de ser visitante na sua vida? Isso é algo que te causa constrangimento?*
- *Dependendo do lugar que eu vou, é um pouco constrangedor. Porque eu vou sozinha, né? As perguntas de onde o meu marido está é chato. Mas nunca sofri preconceito.*
- *Como é essa experiência para você?*
- *Horrível. Mas não é a morte. Se é preciso ir, amém*

Situada em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Penitenciária Nelson Hungria, conhecida também como Disneylândia, ou Disneylândia Máxima, abriga os presos condenados mais perigosos do estado. Projetado para receber 1.640 pessoas, o presídio abrigava, no primeiro semestre de 2019, cerca de 2.180 presos condenados.

Segundo o último Levantamento de Informações Penitenciárias (InfoPen), elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, em junho de 2016, o total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712. Na época da divulgação do relatório, o sistema prisional brasileiro contabilizava 368.049 vagas, ou seja, 89% da população presa estão em unidades superlotadas. Comparando os dados de dezembro de 2014 com os de junho de 2016, o déficit de vagas passou de 250.318 para 358.663.

Em dezembro de 2018 a Seap divulgou um ofício sobre o panorama atual das unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o documento, as unidades se

encontram em uma situação “penosa”, “calamitosa” e com “dificuldades para manutenção da segurança e tratamento dos presos”. Em razão da superlotação e da perda de servidores contratados, a Seap decretou a interdição das unidades prisionais da Região Metropolitana de BH, incluindo a Nelson Hungria.

Existe uma inércia estatal sobre a situação carcerária do país, que é uma verdadeira “bomba-relógio”. Em setembro de 2015 o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou que a atual situação das unidades prisionais do país viola o “estado de coisas institucional”. Ainda assim, há 153 projetos de novas prisões em análise no Ministério Público.

O encarceramento em massa impacta diretamente a vida dos detentos e a rotina do familiar, os quais são atingidos pelas mazelas do sistema prisional e do descaso estatal. Da maneira que hoje operam, as prisões se assemelham a um organismo vivo pouco sadio, repleto de imperfeições e falhas, prestes a entrar em colapso e se submeter, por conta de suas características inerentes, a uma falência múltipla de suas já frágeis bases. Os visitantes são vistos como os corpos estranhos que, à medida em que entram em contato com esse ambiente, ameaçam a ‘ordem’ da suposta organização, ainda que sua presença esteja garantida pela Lei de Execução Penal.

Para mamãe

Belo Horizonte, 14 de abril de 2019

Querida mãe,

Escrevo esta carta como um exercício. Estou passando por um tratamento para alcoólatras e viciados em drogas e, uma das etapas do processo é tentar retomar o contato com a família. Sei que estamos sem nos ver ou falar há mais de dez anos, mas você é a única parente de quem ainda tenho o endereço e creio que não tenha nunca mudado, afinal, essa roca que a gente sempre morou sempre foi a sua paixão.

Pois bem, desde que vim parar na capital, as coisas ficaram bem ruins, sabe? Aquele moço que eu conheci, o V. que você não gostava muito dizia que não era flor que se cheire, a gente veio juntos. Eu tinha um sentimento bom por ele, minha mãe. Ele era trabalhador e eu pensava que ia dar tudo certo: a gente ia ter nossa casinha, nossos filhos, até uma horta igual da senhora eu estava planejando.

Mas tudo começou a desandar quando ele entrou pro crack. Drogado, ele chegava muito tarde em casa e, quando eu questionava sobre onde ele estava, apanhava muito. Ele ficava muito

violento comigo e, mesmo quando engravidei, as agressões continuaram.

Até que um dia, quando o Gabriel* já tinha nascido, ele começou a usar em casa. Por mais errado que fosse, ele me influenciou a usar também. E eu fui na dele, claro. Passava os dias igual um zumbi sem cuidar do meu filho e sem trabalhar também. Teve um dia que V. e eu estávamos desesperados para conseguir a droga e fizemos um assalto. A partir daí foi tudo por água abaixo.

A polícia pegou a gente e levou pra ser cadeia. Gabriel foi levado para um abrigo e eu acabei condenada e levada lá para uma unidade bem afastada da cidade.

Os dias lá eram horríveis. Todas as mulheres dormiam amontoadas e era um falatório o dia todo. Uma gritaria. Minha cabeça doía e doía e as crises de abstinência me davam convulsões. Minhas companheiras não se preocupavam muito. Lá era cada uma por si. Os dias de visita eram mais tristes porque eu tinha certeza de que ninguém levaria o Gabriel para eu ver. Não estou te culpando nem nada, sei bem como as são e já nessa época a gente nem se falava direito. Mas isso não anula o sentimento de abandono e, principalmente, o sentimento de que eu estava abandonando o meu filho. De que fiz as escolhas erradas e agora ele estava pagando o preço por isso também.

Quando saí, podia visitar ele uma vez por semana no abrigo. Ele estava mudado, mas conseguimos nos reaproximar com o tempo. Mais tarde eu consegui recuperar a guarda dele com a ajuda de algumas pessoas da igreja que eu frequentava. Foi lá também que eu conheci meu novo companheiro, W., que trabalhava de padeiro na época.

Ele também era ex-usuário e já tinha sido preso uma vez. A gente se dava bem, ele não me batia e também me ajudava a

cuidar do Gabriel. As coisas iam bem, eu engravidei mais uma vez e, quando a Joana nasceu, as coisas começaram a ficar meio estranhas. O W. voltou para o crack, me levou junto e, mais uma vez eu perdi as crianças por conta da droga e da cadeia.

Dessa vez a prisão foi mais cruel comigo. Mesmo quieta, no meu canto, sem arranjar confusão, eu apanhei porque uma das criminosas lá dentro não foi com a minha cara e me incriminou de ter roubado uma manta que ela usava. Nunca vi a tal da manta. Mas não acreditou em mim, minha mãe. Não mesmo. E eu apanhei uma noite toda. A surra foi tanta que deixou uma marca no meu rosto que eu levo até hoje. Lá as presas são muito esquentadas e qualquer coisa é motivo de briga. Sem contar a gritaria e a sujeira.

Quando saí dessa segunda vez, não fui atrás dos meus filhos e voltei direto para o crack. Foi então que um dia, pedindo dinheiro na frente de um supermercado, uma das moças da igreja que me ajudou antes me viu e me perguntou se eu aceitava a ajuda mais uma vez. Na hora eu neguei e disse que ia pensar, mas no dia seguinte eu fui até ela e disse que queria sair dessa vida e recuperar meus filhos.

Desde então eu estou sóbria, moro de favor na casa de uma das moças que me ajudou e pago minha estadia ajudando nos serviços domésticos. Sofri muito nos primeiros dias, a abstinência bateu forte, mas eu consegui. Por Deus eu consegui. E tem duas semana que meus meninos estão aqui comigo, morando com a mãe deles. Desde que recuperei a guarda, uma assistente social vem nos acompanhar de tempos em tempos. Eu amo muito eles, minha mãe, e se eu estou aqui hoje é pra eles porque eles são muito importantes para mim. De verdade. Eu vou pagar todos os meus erros, porque uma hora a gente tem que pagar mesmo, não

tem jeito, e eles vão ter uma vida boa. Uma vida que eu não tive.

O pai da minha menina sumiu. Foi preso, solto e agora está foragido. Ele está sendo acusado de abuso e, eu não sei o que isso vai dar, só cabe a Deus e à Justiça condenar. Mas Joana chama por ele toda hora, ela é doida com ele. Não sei mais o que fazer.

Espero que esteja tudo bem por aí, com a senhora e com meus irmão. Desde a morte do pai eu não tenho notícias de vocês. Mas eu entendo, a senhora não precisa se sentir culpada. Só gostaria que soubesse que estou em Belo Horizonte ainda e a senhora tem mais dois netos para a conta. Quem sabe um dia eu levo eles até aí? Quem sabe...

Com carinho,

E.

O pacote

O “Projeto de Lei Anti Crime”, proposto pelo atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, possui três temas centrais: o combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes de violência. O texto propõe a modificação das leis do Código Penal brasileiro e do Código Processual Penal. Das 14 leis e 19 objetivos do pacote Moro, os pontos mais polêmicos tratam da alteração no art. 23 do Código Penal que prevê a exclusão de ilicitude, prevista no artigo 23 do Código Penal brasileiro, que assegura o estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e ao exercício regular de direito. O ministro mantém o texto original, entretanto, adiciona na lei que o autor poderá ter sua pena reduzida pela metade ou não aplicada, ficando a cargo do juiz a decisão. De acordo com a advogada Nana Oliveira, o pacote não ‘resolve o problema’. Se o foco ainda é voltado à privação de liberdade do indivíduo, não é suficiente.

A superlotação nos presídios é um problema que fortalece o crime organizado dentro das unidades prisionais do país. Quando o Estado democrático de Direito foi restaurado no Brasil, após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), as péssimas condições do sistema prisional não sofreram grandes mudanças: tortura, maus-

-tratos e encarceramento em massa são práticas que permanecem.

Para Nana, o crime organizado é uma auto-organização dos presos para sobreviverem dentro do sistema. A advogada ressalta que esses grupos nascem como uma resposta a todas as violações de garantias de liberdade individuais que acontecem dentro das cadeias do país. Se o crime organizado tomou proporções maiores foi devido ao seu crescimento lucrativo dentro e fora das prisões.

– A única forma de controlar isso é garantindo direito. As pessoas se vinculam a esses comandos por necessidade e segurança. E a superlotação afeta muito essa escolha. Quando você está em uma situação de extrema negação de direito, as disputas internas são por coisas muito elementares, por exemplo, um sabonete ou um lugar para dormir. E a resposta para isso, já sabemos.

Muitos detentos se unem às organizações criminosas para a sua própria proteção dentro do sistema prisional. Fazer parte de um grupo criminoso fomenta poder e respeito entre os presos. Se antes o indivíduo não tinha uma cama e dormia no chão, sendo membro da organização ele já possui um lugar para dormir, por exemplo. Outros se unem para se protegerem das agressões de agentes penitenciários.

O celular na cadeia é uma realidade dentro das prisões do Brasil. O custo de um celular simples pode chegar a 6 mil reais. Os presos fazem rodízio do uso do aparelho e, por meio dele, se comunicam com pessoas fora das unidades prisionais. O celular serve também como instrumento de denúncia, contatos com organizações criminosas fora dos limites das prisões e reivindicações sobre condições mais dignas para sobrevivência.

A advogada Idelma afirma que a circulação de vídeos de

dentro das cadeias é uma prática comum nos grupos de WhatsApp. Durante a entrevista, ela nos mostrou um vídeo de um preso que supostamente participa de uma organização criminosa, na penitenciária Francisco Sá, em Governador Valadares, interior de Minas Gerais. No vídeo, o detento aparece com o rosto coberto por uma blusa escura e tem em mãos os nomes dos diretores da unidade. Ele lista uma série de reivindicações que devem ser atendidas, caso contrário, os diretores irão sofrer algum tipo de retaliação do lado de fora da cadeia. Em tom de ameaça, o preso mostra as armas que possui consigo dentro da cela, como pistolas e metralhadoras.

De acordo com Idelma, a fase das rebeliões internas já passou. Os detentos encontraram uma forma mais eficaz das suas reivindicações serem atendidas acionando a administração prisional. Nana acredita que as rebeliões são a única alternativa encontrada pelo preso para que ele ou seu familiar não sofram constrangimentos e situações de tortura dentro da cadeia.

Em um outro vídeo mostrado por Idelma, um policial militar aparece frente às câmeras em uma situação de retaliação contra algum familiar de preso. “Mais um CPF cancelado”, afirma o PM. A expressão significa a morte de um criminoso ou algum parente relacionado a ele. Isso funciona como uma ameaça aos membros de organizações criminosas dentro ou fora da cadeia.

Semente, luta e sacrifício

– *Quando eles matam nossos filhos, uma mãe vira semente.*

CaCá busca justiça pela morte do filho há cinco anos. Encontraram Thiago “suicidado” no dia 14 de abril de 2014, no dia do seu aniversário. Foi a mãe de CaCá que recebeu a notícia, por telefone, horas depois do ocorrido. Quando CaCá chegou no Ceresp Gameleira, local onde o filho se encontrava desde a noite anterior, canais de TV já estavam no local, o que ela achou desrespeitoso, pois foram avisados antes dela.

Ela acredita que a morte do filho estava *encomendada*. Thiago foi preso na noite anterior de sua morte, por volta das duas da madrugada, perto da Praça Raul Soares, no centro da capital mineira. Segundo os policiais, ele foi cúmplice de um roubo. Mas não há nada que comprove isso. No processo consta um vídeo de câmeras de segurança que mostra ele sentado próximo a um estacionamento, supostamente aguardando um rapaz, o qual aparece minutos depois com uma sacola na mão e alegou em seu julgamento que não conhecia Thiago. Não se sabe o que tinha na sacola.

A perícia alega que ele se matou com uma corda de col-

chão e papel higiênico. CaCá disse que para que o filho fizesse corda, teria de haver papel suficiente. Ela não teve tempo de levar o kit para ele e não sabe onde o filho poderia conseguir o bastante para uma corda. Além do filho, estavam mais duas pessoas na cela. Um deles afirma que estava dormindo durante o ocorrido e não viu nada. O outro rapaz era Luiz Antônio, que estava de faxina no dia [limpando os corredores da cadeia]. Ele contou o que viu e chegou a ser transferido para outra unidade. Ela não chegou a ver o depoimento de Luiz, mas ela acredita que ele afirma que seu filho tenha sido assassinado. Ele morreu quinze dias depois de Thiago, também na cadeia.

CaCá ficou sabendo da morte de Luiz por uma funcionária, do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, no Ministério Público. Quando ela voltou ao Centro, para mais esclarecimentos, a mulher não estava mais vinculada e já não prestava mais serviços para a instituição.

– Um menino que também estava com ele na cela e outras pessoas que estavam trabalhando no dia conta que ouvia os gritos do Thiago. Ele ficava repetindo ‘liga pra minha mãe’, ‘liga pra minha mãe’. Acho que bateram muito nele, torturaram ele o máximo que puderam. Deram choque e ele ficou desacordado. Foi aí que o levaram de volta para a cela e penduraram ele numa corda. Thiago não suicidou, dois dias antes ele estava passeando com Leticia no Parque Municipal. O meu filho estava acostumado com o cárcere, ele sabia o que era estar lá dentro. E não ia se matar por isso.*

Por trás dessas tragédias, há mães e famílias afetadas pela violência do Estado. Dos ‘Crimes de Maio’, de 2006, em São Paulo, nasceu o Movimento Independente Mães de Maio, uma organização que conta com a mobilização de mães, familiares e

amigos das vítimas assassinadas na guerra entre facções criminosas e a Polícia Militar. O acontecimento provocou cerca de 600 mortes em duas semanas, das quais mais de “400 eram jovens negros, descendentes afroindígenas ou moradores ou pobres”. O movimento sobrevive até os dias atuais e segue buscando justiça para os crimes decorrentes da violência institucional contra a população jovem, negra e encarcerada. Ele foi inspirado no *Madres de Plaza de Mayo*, uma associação composta por mães argentinas que tiveram seus filhos desaparecidos ou assassinados durante a Ditadura Militar, que perdurou no país entre 1976 e 1983. As mães brasileiras querem que o Estado reconheça os crimes cometidos e responsabilize os responsáveis. São milhares de mulheres em luto e em luta.

CaCá participa ativamente das Mães de Maio, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Ela conta que em Minas Gerais não há união destas mães e que sua luta seria mais fácil se tivesse apoio no seu estado.

– A gente sai na rua com megafone e contamos o porquê estamos ali. Somos mães que buscamos por justiça, pelos nossos filhos. Quem sabe da morte do Thiago é onde eu vou. Nas Mães de Maio ajudamos umas às outras, vamos para porta do Fórum ou do Ministério Público com faixas e tudo que for preciso. Nós temos que lembrar ao Estado que existimos. Eu transformei a minha dor em luta.

CaCá não tem medo do que possa acontecer com ela. A mãe de Thiago conta que conhece mães que já foram presas por armação da polícia. Foi nas Mães de Maio que ela encontrou o seu lugar de luta e de voz.

CaCá não chegou a ouvir a versão do filho sobre sua prisão. Ele não pode dar um telefonema quando chegou na delega-

cia. Os autos do processo são a única versão legal da história que possui. Ela conta que já que não vai ter o filho de volta, quer o que é dela por direito. Ela se refere à uma indenização que está em andamento na justiça. Com o dinheiro, ela pretende dar um futuro melhor para a neta.

Uma amiga também teve o filho morto dentro de uma unidade prisional. Depois de dois dias encarcerado, o preso “caiu do beliche” e foi para o hospital. A mãe ficou sabendo dias depois, após um conhecido ver o filho na UTI. O Estado não a avisou. Ele sofreu traumatismo craniano e morreu. CaCá não acredita na versão contada pela polícia; segundo ela, preso não tem o direito a beliche com poucos dias encarcerado, a não ser que ele compre. Sua amiga afirma que não realizou nenhum pagamento pela cama. Mas que ainda prefere acreditar na queda, pois é uma forma que encontrou para canalizar sua dor e sofrimento.

– Com um presidente que ensina uma criança a fazer sinal de ‘arminha’, acho que o país está longe do abolicionismo penal. Mas eu espero que, em alguns anos, isso seja uma pauta possível. Hoje eles não conseguem separar quem precisa ser preso de quem precisa de tratamento. Eu levanto minha bandeira, eu falo da minha dor. E assim vou vivendo.

A mãe de Thiago chegou a frequentar o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade durante o ano de 2013. Mas conta que, quando precisou de ajuda, o Grupo não fez sua parte. O filho tinha direito a uma saída, em 2013, e pediu a ajuda da advogada Nana, atuante na Associação, junto com Dona Tereza. CaCá alega que nada foi feito.

CaCá quer que sua voz seja ouvida. Compartilha que uma vez, durante um evento sobre segurança pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, queria relatar sua história e percebeu

que não dariam espaço para ela falar. De repente, CaCá surpreendeu e saltou da cadeira.

– *É esse o resultado que o Estado te dá. Um filho morto*, disse CaCá para as dezenas de pessoas presentes no evento. Junto à sua fala, ela mostra a foto do filho morto na cela e desabafa sobre a falta de coerência e justiça do Estado no julgamento do ocorrido.

Os autos do processo de Thiago afirmam que a cena do crime foi prejudicada. Nele consta uma foto de um agente penitenciário deixando a cela, onde Thiago já se encontrava “suicidado”, minutos antes da sua morte ser denunciada para a administração prisional. Sua mãe acredita que o agente possui envolvimento no crime. Ele foi exonerado do cargo.

Além da corda no pescoço, o suicídio foi justificado por uma carta, escrita por Thiago na camisa vermelha do uniforme que vestia. A camisa estava ao avesso e sua mãe questiona o porquê ela nunca teve acesso à vestimenta. De acordo com a perícia, a grafia é compatível com a letra de Thiago.

– *Eu Thiago Vinicius Oliveira, XXXXXX*

[INFOPEN, número de inscrição do preso]

Cometi suicídio por motivos pessoais

O preso que está aqui na cela comigo não

Tem nada a ver com o quê aconteceu

Peço por gentileza que avise meus familiares

Mãe - XXXX-XXXX

Tia – XXXX-XXXX

XXXX-XXXX

XXXX-XXXX

*Mãe peço desculpas por não ter cumprido
O que prometi, apesar de tudo amo você
Cuide bem da Letícia* [sua filha] por mim!!!
Ass: Thiago Vinicius Oliveira*

Foi com essas supostas palavras que Thiago se despediu da mãe. Da memória do filho à busca por justiça, CaCá vai continuar sendo uma visitante. Quer tornar pública a última imagem que possui do filho, de longe uma das visitas mais traumáticas de sua vida.

Moça do interior

História de Maria, cliente da advogada criminal, Idelma Fonseca Macedo. O relato foi feito pela própria advogada, em fevereiro de 2019.*

Eu nunca recebi uma visita. A minha família não tinha condições de sair lá do interior de Goiás e vir aqui me ver.

O meu pai ficou sabendo que eu estava presa pela boca de um policial militar. Ele ligou para minha família e disse que eu tinha sido detida por tráfico de drogas. Ele ficou tão decepcionado que sofreu um derrame e nunca mais foi o mesmo.

Eu recebi uma proposta de um traficante da cidade que disse que eu tinha que chegar até Minas com uma pasta base de cocaína e maconha. Ele me ofereceu 40 mil reais pelo serviço e pensei que poderia abrir um negócio com esse dinheiro quando voltasse *pra casa*.

No outro dia, peguei um ônibus na rodoviária pra Belo Horizonte. Era a minha primeira viagem, eu nunca tinha deixado a cidade antes. Chegando em BH eu tinha que entregar a mala para uma pessoa que estaria me esperando lá na rodoviária mesmo. Pelo combinado, eu não tinha que deixar a rodoviária da cidade, era só entregar a mala. Mas foi aí que eu me enganei.

Quando eu cheguei em BH, tinha um *cara* me esperando e ele disse que, na verdade, eu tinha que entregar a mala em Sete Lagoas. Lá tinha alguém me esperando e ele ia me pegar pelo serviço. No caminho, uma blitz parou a gente. O *cara* que estava comigo disse que era só o motorista e eles me prenderam ali mesmo. Fui direto *pra* delegacia. Eu não conhecia direito a cidade e confiei em pessoas que me deixaram na mão na primeira oportunidade. Fui enganada. Peguei 7 anos de cadeia.

Eu tinha muito medo. Acho que as pessoas tinham um pouco de dó de mim, eu não conseguia nem conversar direito. Eu não confiava em ninguém e só queria que aquele pesadelo chegasse ao fim. Eu tinha medo de sair da cela, andar na rua. Eu não tinha ninguém em BH, como ia fazer para me locomover? Me contaram que é tudo muito perigoso. Eu escolhi ficar em regime fechado durante toda a minha sentença. Era mais seguro.

Eu nunca recebi uma visita. Uma vez o diretor disse que eu tinha que usar o benefício de saída e como eu não conhecia ninguém na capital, fui *pra* casa de uma amiga que dividiu a cela comigo por um tempo. Foi horrível. Em um dos dias que eu fiquei lá, teve dois tiroteios. Eu entrei em pânico e decidi não usar os benefícios que eu tinha direito. Eu me sentia mais segura na cadeia.

Resolvi cumprir o resto da pena em regime fechado. Eu também não quis pegar o benefício do semiaberto, a capital era muito perigosa. Quando eu saí, o pessoal da Pastoral veio me ajudar. Foi muito difícil me acostumar com a cidade grande, só passa coisa ruim na TV. Espero conseguir voltar pra casa em breve, sinto muitas saudades da minha família. Eu nunca recebi uma visita. Dizem que quando a gente passa muito tempo longe de casa, a gente acostuma. Mas eu não quero não, ainda vou voltar.

Chaveirinho

“Tetê, tetê!”, interrompe uma recém acordada Bianca* pedindo o peito da mãe. Sara prontamente coloca o seio para fora da blusa e o põe na boca da menininha de dois anos, inquieta desde que despertara de seu sono da tarde. ‘Afinal, quem são essas duas pessoas que eu nunca vi na vida conversando com a minha mãe?’, ela, de alguma forma, deve se questionar enquanto nos encara com o cenho fechado e o olhar curioso. “Bora!”, pede, sem notar que está em casa.

Ainda no período de amamentação e pouco sabendo se equilibrar sobre as duas pequenas pernas, Bianca já sofre com a má gestão do sistema penitenciário mineiro. Seu pai, Léo, foi preso quando ela tinha quatro meses de vida. Desde então, a menina se tornou a fiel escudeira da mãe nos dias de visita. Atualmente, é ela quem responde como visitante oficial do pai, segundo o cadastro no NAF. Com as constantes mudanças das regras nos presídios – cada unidade é responsável por determinar quais irá seguir –, Sara perdeu o direito de realizar as visitas sozinha, já que não possui um vínculo oficial, registrado em cartório, com Léo. Para não abandonar o companheiro, ela entra na cadeia como acompanhante responsável por Bianca e, portanto, faça chuva ou faça sol, não pode deixar a menina para trás nas idas ao presídio.

Mas nem sempre as coisas foram assim. Assim como a maioria das visitantes de presídios da Região Metropolitana de BH, a primeira vez de Sara no sistema penitenciário foi no Ceresp Gameleira, onde Léo ficou detido durante dois meses em 2016. Nessa época, o cadastro de visitante ainda aceitava as namoradas, então a mãe achou melhor não levar a bebê recém-nascida. Isso mudou quando o pai foi transferido para o Presídio de São João de Bicas I e a saudade da filha começou a apertar.

Como a unidade fica bastante afastada de Contagem, onde está a casa da família, Sara era obrigada a sair de casa às cinco horas da manhã carregando, em um braço, a sacola com a comida para o preso e, no outro, a pequena Bianca, que ainda não sabia balbuciar as poucas palavras que hoje fala. Em uma determinada ocasião, quando estava achando ruim tirar a menina de casa tão cedo e pegar friagem, decidiu ir com a filha para as proximidades do presídio no dia anterior, alugando uma cama em um albergue por menos de vinte reais. A experiência não foi das melhores e ela não voltou a repetir.

Na fila, apesar de ser tratada como prioridade por estar com uma criança de colo, ela não nega o incômodo de ter que pôr a filha nua para passar pela revista, já que crianças até 13 anos e grávidas não estão autorizadas a passar pelo scanner corporal. Entretanto, o alívio e a felicidade do pai ao ver a filha são tamanhos que todo esse esforço compensa.

Com ajuda de uma amiga da família, Léo foi transferido para o pavilhão de presos em regime semiaberto do Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, na Grande BH. Foi aí que o caldo começou a entornar para Sara e Bianca. Apesar das condições de visita serem melhores nesta unidade, a direção tomou a decisão de proibir a entrada de namoradas, amigas e afins

para evitar o contrabando de objetos ilegais. A decisão tirou o chão de Sara e lá foi ela realizar o cadastro da filha como visitante do pai e de si mesma como acompanhante. Bianca, então, se tornou presença imprescindível nas idas ao presídio.

Ainda que a Dutra Ladeira tenha regras mais rígidas em relação a quem está autorizada a entrar no presídio, na visão de Sara as visitas por lá são mais tranquilas porque acontecem nas celas de cada preso. Como Léo divide o cubículo com somente mais um, o casal e a filha têm um pouco de privacidade, o que não acontecia em Bicas 1, onde no pátio se reuniam todas as famílias.

Diferente do que muitos pensam dos familiares visitantes, Sara sabe e não esconde que Léo está preso por consequência de atos ilícitos cometidos no passado. Ela, que nunca esteve presa, garante que o companheiro se entregou à polícia para “pagar o que deve” e, a partir daí, recomeçar a vida ao lado da família.

A experiência de entrar em uma cadeia, segundo ela, é “sufocante” e a faz “dar valor” aos pormenores da vida. Ficar dentro de uma cela não é das melhores sensações do mundo, mas Léo faz questão de deixar tudo arrumado e limpo para a chegada das duas.

Apesar de livre, Sara reconhece que sua vida está em função de Léo. Mesmo não podendo levar o kit, já que o cadastro está no nome de Bianca, ela sempre se antecipa nos dias de visita para ter tudo pronto e não se atrasar. Segundo ela, isso gera uma espécie de desconforto nas pessoas que a conhecem: Sara não trabalha e basicamente passa os dias em casa, justamente para poder cuidar da filha e reunir o que será levado nos dias de visita para o companheiro.

A impressão que fica é que, de certa maneira, Sara está presa junto com Léo. Ele, recluso da própria liberdade, e ela, re-

fém da rotina de visitante e do peso que é carregar o estigma de ter o companheiro preso. “A sociedade toda olha a gente como mulher de bandido”, explica. E ser “mulher de bandido” significa, para ela, carregar o olhar impiedoso das pessoas na rua, ser afastada de seus grupos de convivência, não conseguir um emprego perto de casa e ter que lidar com comentários indesejados.

“Tetê, tetê!”, interrompe Bianca mais uma vez, lembrando Sara que, além de “mulher de bandido”, também é mãe.

Por detrás da muralha, afeto

Desde a primeira vez que entramos em contato com Dona Tereza e sua história de vida, a colocamos na posição de ativista dos Direitos Humanos e do Desencarceramento, conforme o próprio senso comum enxerga essas pessoas: fortes, destemidas e até um pouco imersas na frieza que muitas vezes essa função requer. Por mais que seja uma figura completamente cativante e simpática, ela nos inspirou segurança e coragem, que de fato são características bastante presentes em sua personalidade. Mas não para por aí.

Na primeira entrevista que realizamos com ela, quando já estávamos nos aproximando das duas horas de conversa em um dia barulhento no Centro de Referência da Juventude, na Praça da Estação, centro de BH, perguntamos sobre a própria biografia dela, principalmente ligada à prisão dos filhos. Não era a primeira vez que tentávamos abordá-la sobre esse assunto, mas certamente fomos mais incisivos nesta nova tentativa. O susto, para nós, veio quando ela engoliu a seco ao começar a relatar – de forma breve – a relação com o filho que atualmente está preso na PPP. Foi ali que confirmamos: até ela, que antes parecia uma muralha de força

ímpar, estremece diante da sensação de ter um parente encarcerado.

O filho de Dona Tereza passou por quatro unidades do sistema penitenciário mineiro: Ceresp, Presídio de São João de Bicas 1, Presídio Inspetor José Martinho Drumond e CPPP, ambos em Ribeirão das Neves. Quando ainda nem cogitava trabalhar no Grupo de Amigos, ela realizou duas visitas: em Bicas e em Drumond. Descrever a experiência de entrar em uma penitenciária a faz baixar o tom de voz e jogar sobre nós um olhar preocupado.

*– A sensação que eu tinha era que as parede do pátio vinha fechando na minha direção. O lugar é aberto, entra ar para todo mundo, mas para mim não entrava. Parece que aquilo ia me apertando assim – explica, fazendo movimento aproximando as duas mãos uma da outra. *Aí eu falei com ele: ‘eu não dou conta de ficar aqui, eu vou embora’. Sai e fui embora. É muito estressante. A visita maltrata todo familiar.**

Diferente de muitos dos familiares, neste dia ela saiu da visita bem antes do horário terminar. Ela conta que entrou no presídio por volta de nove horas da manhã e, meia hora mais tarde, já estava no pátio. Às 13h, pediu aos agentes para ser liberada, algo bastante incomum, já que a grande maioria busca aproveitar todo o momento da visita. Além de ser asmática, Dona Tereza afirma que toda a angústia veio ao pensar que teria de deixar o filho ali ao partir de volta para casa.

– Mas meu filho não fica sem visita não! Quando ele foi preso, a namorada dele era menor de idade e os pais não autorizaram a entrada no presídio. Quando ela fez 18 anos, ela foi lá e fez o cadastro, então ela sempre visita ele. E a minha filha [Estefânia] visita ele toda quinzena.

Quando fomos até a sua casa em uma das ocasiões em que a entrevistamos, ela nos mostrou as produções artísticas que o filho faz, hoje preso na PPP. Entre barcos de palito de sorvete, desenhos elaborados e cartas carinhosas, Dona Tereza se transforma em uma mãe orgulhosa e cheia de esperança.

Na sala de entrada onde estão dois sofás e a mesa com quatro lugares, ela cuida de oito passarinhos que ficam distribuídos em seis gaiolas penduradas em cima do rack. Em meio à sinfonia de cantos e a bagunça que inevitavelmente as aves acabam fazendo com os alpistes, elas nos contou que o filho não quer vê-los engaiolados quando sair da cadeia.

– *‘Vai soltar tudo esses passarinho, mãe. Não quero nada preso’, ele me diz.*

Do inferno ao céu

A sinfonia de pássaros que fica na sala da casa de Dona Tereza embalou a entrevista com sua filha, Estefânia, uma mulher que, influenciada pela mãe, abraçou a luta pelos Direitos Humanos dos presos. Ainda que muito da personalidade de Dona Tereza apareça no comportamento da filha, a segunda é uma versão amplificada da primeira, não só por ser mais alta e ter cabelos longos, mas também pelo jeito sincero e confiante com que ela conta seus anos de experiência no sistema penitenciário da Grande BH.

Entretanto, nada foi tão marcante para Estefânia quanto a transferência do irmão, então preso no Presídio de São Joaquim de Bicas 2, para o GPA Complexo Penitenciário Público-Privado (CPPP), em Ribeirão das Neves.

A situação da visita em Bicas 2 é descrita por ela como o próprio *inferno* e muito dessa percepção se dá por conta do suposto *sadismo* com que as agentes tratam as visitantes. Estefânia destaca, por exemplo, a maneira como elas revistam os alimentos levados pelos familiares. A obrigatoriedade de lavá-los no mesmo recipiente faz com que as agentes misturem a comida. Outra situação desconfortável são os comentários que algumas insistiam

em fazer quando o presídio ainda não tinha o scanner corporal. Nas revistas íntimas, Estefânia já presenciou agentes comentando sobre as partes das visitantes, bem como fazendo apontamentos sobre a higiene das familiares.

Por isso, não é sem motivo que ela se debruça em elogios quando fala da CPPP, onde realiza visitas quinzenais, aos sábados, para o irmão. Por lá, as coisas são diferentes. A pontualidade é um dos diferenciais. “Às sete e quarenta eles liberam a cancela e os carros começam a subir depois de passar por uma rápida revista. Oito horas em ponto, já começam a chamar as senhas. Lá dentro tem toda a estrutura para os familiares: banheiro, água à vontade, cadeiras para sentar e esperar e armários para guardar os objetos que não entram. Quando eles chamam a senha, verificam direitinho os documentos, o cadastro e conferem a *vivência* [nome que substituí “pavilhão” e “ala”] e a cela do preso”, conta.

Diferente da realidade nos presídios públicos, os presos da PPP não precisam de kit. Apesar disso, nos dias da visita, os familiares estão autorizados a levar produtos de higiene pessoal como xampu, condicionador e sabonete.

“Na hora de revistar a comida, as agentes não remexem ou ficam conversando em cima dos potes que a gente leva. Elas usam luva e máscara para fazer todo o procedimento. Depois disso, a gente é chamado e vai com a sacola para ser revistada no raio-x.”

A revista do corpo acontece em uma sala reservada, como em Bicas 2. A diferença, entanto, é que no presídio público, as agentes exigiam que as familiares levantassem a camiseta, o sutiã e abaixassem a calça até a metade da perna, para depois passar pelo scanner corporal. Na PPP, elas pedem para que mostre a língua, o couro cabeludo, o bolso na calça (já que lá os familiares só

entram de jeans).

“Comparado à Bicas, é completamente diferente. Tudo bem limpinho e arrumado. O banheiro é extremamente limpo. Nas outras unidades, o visitante precisa levar água e só é permitida a entrada de um litro e meio. Na PPP tem água no pátio disponível o dia inteiro.”

No sistema comum, Estefânia identifica, além de despreparo, descaso por parte de coordenadores e diretores dos presídios. Nos dias de visita, por exemplos, estes que são os dois cargos mais altos na gestão das penitenciárias, raramente estão presentes. E mesmo quando estão e algum familiar pede aos agentes para chamá-los, muitas vezes o pedido é ignorado. Na PPP, em contrapartida, o diretor ou o coordenador são bastante presentes nos dias de visitas.

“Se você pede a algum agente para chamar, eles vão e chamam na hora. Não ficam fazendo jogo com você. Além disso, o diretor é bastante atento ao tratamento que é dado para os familiares e se faz presente vistoriando o trabalho dos funcionários para que nenhuma irregularidade aconteça.”

Apesar do movimento que luta contra a privatização do sistema prisional, do qual tanto Dona Tereza quanto Estefânia fazem parte, a filha não nega que prefere manter o irmão na PPP do que em qualquer outra unidade pública.

“Só quem vive tudo isso na pele sabe e eu prefiro o meu irmão lá [na PPP] do que em Bicas 2, onde ele vivia com dor de cabeça porque é preso demais falando, era muita insalubridade. Agora ele não tem dor de cabeça mais, recebe os atendimentos médicos que precisa. Não adoece mais e, principalmente, não fica sem visita.”

Parceria que transforma

A frase ‘parceria que transforma’ estampa a página principal do site do Complexo Penitenciário Público-Privado (CPPP), primeiro modelo deste tipo implantado no sistema prisional brasileiro, inaugurado em janeiro de 2013, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A penitenciária surgiu por meio da promulgação da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ainda na gestão estadual do governador Aécio Neves.

O projeto contou com investimentos privados oriundos do grupo Concessionária Gestores Prisionais Associados S. A. (GPA), formado por cinco empresas: CCI Construções S.A., Construtora Augusto Velloso S. A., Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços, N. F. Motta Construções e Comércio e o Instituto Nacional de Administração Prisional (Inap). O grupo tem como responsabilidade realizar todas as operações financeiras da unidade, além de fazer a manutenção do espaço com uso de tecnologia de ponta na prestação de serviços. O modelo funciona como um aluguel do complexo penitenciário, já que o Estado remunera ao grupo privado com a diária de cada preso tutelado pela instituição. O contrato é válido por 27 anos.

As Parcerias-Público-Privadas (PPPs) possuem um custo

abaixo da média nacional dos presídios dos estados e a gestão compartilhada tira a responsabilidade do Estado pelos serviços básicos de manutenção e apresenta uma proposta de humanização no tratamento de presos e familiares. Na PPP de Neves, o Estado é responsável por questões disciplinares e de segurança, pelo controle da execução da pena e pelo transporte e escolta dos presos.

Elas não operam um número de detentos superior a sua capacidade original e, por isso, não há problemas com rebeliões ou com conflitos internos. Nana Oliveira explica que, como o foco principal das PPPs é o lucro, essas unidades precisam ter uma taxa mínima de ocupação. Assim, a lógica do encarceramento continua um forte operante no sistema, porque ela é fundamental para sua subsistência. Para ele funcionar bem, a cadeia pública precisa se manter funcionando mal. Para a advogada, as Parcerias Público-Privada inviabilizam ou bloqueiam políticas públicas que possam impactar ou colocar em risco a taxa de ocupação dessas instituições.

O formato pode ser “perigoso”, porque ele precisa do encarceramento, o que depende diretamente da criminalidade em curso no país. Em outros países que adotaram o modelo, como os Estados Unidos, a população carcerária não reduziu com a implementação. O país norte-americano, entre os anos 1980 e 2013, teve um aumento de 800% da sua população carcerária, segundo os dados da instituição inglesa *World Prison Brief*. Aproximadamente 10% das prisões americanas são privatizadas; dentre as 2,3 milhões de pessoas encarceradas no país, 22.164 estão em unidades privadas federais. Em 2016 a Secretaria de Justiça dos Estados Unidos anunciou planos futuros de acabar com as parcerias privadas no país. A justificativa é que os serviços nas unidades privadas não “apresentam redução significativa de custos e não

mantêm o mesmo nível de segurança e proteção”.

– A Parceria Pública-Privada surge como uma alternativa para resolver a atual crise do sistema carcerário brasileiro. Mas você acaba criando outro problema. A lógica do encarceramento continua ainda mais forte nas PPPs, porque sem prisões essas parcerias não iriam nem sair do papel. Sempre uso a metáfora do escravo na Casa Grande e do escravo na senzala ao me referir às PPPs. Em tese, os escravos na senzala sofriam mais do que aqueles que ficavam na Casa Grande, onde eles pareciam ter uma ‘condição melhor’. Afinal, eles podiam andar vestidos, se alimentar com mais frequência, dormir em uma cama e tomar banho. Já ouviu a frase: ‘todo camburão tem um pouco de navio negreiro e toda cadeia é uma senzala, sem exceção’? É a mesma lógica na PPP, só que maquiada, explica Nana.

A CPPP conta com uma estrutura de ensino presente dentro dos limites da unidade prisional, além de postos de trabalho com cerca de 13 empresas e 410 empregados. Os postos de trabalhos são terceirizados, regulados pela LEP, que prevê a remuneração ‘mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo’. O trabalho do preso não precisa se submeter ao regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Uma parte do salário é depositada em Caderneta de Poupança que o preso pode retirar em liberdade. A outra pode ser destinada às famílias, indenização de danos causados pelo crime, despesas pessoais ou ressarcimento ao Estado pelas despesas relacionadas com a manutenção do condenado. Os presos que trabalham nas unidades prisionais garantem o benefício da remição de pena; a cada três dias trabalhados, um dia a menos no cumprimento da sentença.

Em nome das mães

Publicada em 2016, uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que cerca de 60% dos brasileiros concordam com a frase “bandido bom é bandido morto”. Considerando a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições presidenciais de 2018, é provável que hoje esse número seja maior, já que o presidente eleito nunca escondeu o entusiasmo diante da ideia. A pesquisa também aponta para uma direção bastante cruel da realidade no país: como a legislação impede que o Estado de fato mate aqueles que cometeram crimes, as prisões se tornaram a máquina de moer carne humana que elas são hoje.

Embora boa parte da sociedade brasileira ignore que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo vivendo sob condições insalubres – ou mesmo celebre este dado –, ainda existem alguns setores da sociedade preocupados em lutar pela dignidade humana dos presos e presas e, também, de suas famílias.

Esse é o caso da Pastoral Carcerária, ação social da Igreja Católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que atua em todos os Estados do país. Em Minas Ge-

rais, ela está espalhada pelo estado e as subdivisões respondem à Arquidiocese de Belo Horizonte, que também possui uma sede, localizada no bairro Lagoinha.

Apesar de travar uma luta marcada, principalmente, por princípios religiosos, sob os quais a culpa e a busca por cura e ressurreição se fazem bastante presentes no discurso oficial, a atuação da Pastoral também carrega um teor político ao reconhecer as cadeias como parte de um projeto de encarceramento em massa no Brasil, cujo alvo são grupos sociais marginalizados e empobrecidos, jovens, negros e negras, moradores e moradoras das periferias e das áreas urbanas mais precárias.

Nas idas periódicas aos presídios da Região Metropolitana de BH, o grupo, composto em sua maioria por homens e mulheres da terceira idade, leva às pessoas presas o que eles chamam de “atendimento religioso”, ou seja, eles escutam e acolhem reclamações, as iniciam à vida cristã e realizam cultos *ecumênicos* com o objetivo de tranquilizar os nervos daqueles que estão encarcerados. Tudo isso sempre seguindo a tônica da religião e – ainda que tacitamente – na busca por novos fiéis.

O trabalho da Pastoral vai ao encontro com a missão e os valores pregados, por exemplo, pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade. Ainda que a associação presidida por Dona Tereza seja mais combativa na luta – afinal, ela é composta por pessoas que estão na linha de frente dos problemas do encarceramento –, a ação da Igreja Católica não fica muito atrás e também promove questões relacionadas ao desencarceramento e à luta pelos direitos humanos dos presos e presas.

Entretanto, por representar uma instituição como a Igreja, os agentes da Pastoral são mais respeitados dentro dos presídios e sua presença é até bem vinda considerando que, quando estão lá,

os ânimos dos presos em geral se acalmam. Fazer vista grossa aos maus-tratos e insalubridades dos presídios brasileiros não é uma prática comum das pastorais. Portanto, elas se transformam em instrumentos também de vigilância dentro dos presídios.

Um dos princípios mais importantes do regimento da Pastoral Carcerária é o respeito à família e sua integração com o preso. As idas aos presídios costumam não acontecer em dias de visita, mesmo porque, nestas ocasiões, os detentos estão focados em dar atenção para os seus familiares.

Por conta disso, o trabalho da Pastoral com as familiares se dá, na maioria das vezes, quando elas buscam ajuda para tentar compreender as questões que levaram seus filhos, maridos e irmãos a cometerem crimes e estarem privados de suas liberdades. Nestes casos, a pastoral assume a conduta de acolher essas mulheres – e também homens, se for o caso – e aconselhá-las, partindo do que diz o cristianismo, a respeito dessa dura realidade, tanto como forma de consolar, quanto como uma maneira de tentar reestruturar uma família abalada pela prisão de um de seus membros.

Almas livres?

Outro programa de amparo às pessoas em situação de risco social é o Casa Alma Livre, da Igreja Batista, que auxilia e ampara mulheres egressas do sistema prisional, juntamente com seus filhos. Em Belo Horizonte, o projeto está instalado em uma casa discreta de uma rua sem saída também no bairro Lagoinha.

Por fora, o local é como uma casa qualquer, um sobrado simples e grande com três andares e grandes janelas para a rua, além de uma porta de garagem que vai de ponta a ponta do terreno. O muro alto e as janelas gradeadas escondem uma casa que realiza um trabalho social pontuado pela religião e conduzido por mulheres.

Ao contrário da Pastoral Carcerária, a Casa Alma Livre não trabalha com um discurso marcadamente ativista em relação ao encarceramento e aos Direitos Humanos. Muito pelo contrário, o próprio sistema como a casa opera respeita normas de privação da liberdade, como toque de recolher e regulação do uso da televisão, por exemplo. O tempo livre das egressas é preenchido com grupos de oração, sessões de terapia e idas a grupos de ajuda como o alcoólicos anônimos.

Entretanto, o diferencial está no fato das mulheres poderem retomar uma vida minimamente normal ao lado de seus filhos, que em geral estavam em abrigos antes de estarem ali. Sempre sob a vigilância de psicólogas, assistentes sociais e outras voluntárias, as moradoras – que não são obrigadas a morarem na Casa – recebem todo o suporte e infraestrutura que uma casa possui. Além disso, as coordenadoras do projeto (também mulheres), certificam-se de que elas estão cuidando bem dos filhos e que eles estão recebendo o básico para viver.

Assim como a Pastoral Carcerária, a Alma Livre sobrevive por meio de doações, muitas vezes provenientes dos fiéis das igrejas de que fazem parte. De fato, as instalações são bastante simples e, a julgar pela dispensa onde são guardados os mantimentos arrecadados, a dieta das egressas e seus filhos está longe de ser luxuosa ou farta, mas certamente é melhor do que elas comiam nos presídios.

Quando fomos pela primeira e única vez até a Casa, já estávamos próximos de encerrar as entrevistas. Era sexta-feira de Carnaval em uma Belo Horizonte abafada de verão e ansiosa pelos dias de folia. Apesar de termos sido recebidos com bastante hospitalidade pela coordenadora responsável pelo projeto, o encontro se tornou desconfortável à medida com que conhecíamos o trabalho da casa.

Travestido de nobre, o trabalho estimula nas mulheres um sentimento de *culpa* que as inferioriza de forma brutal. Sob a insistência de conhecermos o trabalho, fomos empurrados para duas entrevistas com egressas, que também caíram de paraquedas em toda aquela situação.

A falta de controle nos levou a ouvir a história das duas, ex-usuárias de crack e alcoólatras que foram levadas ao crime

por conta da dependência química. A prisão não só lhes tirou a liberdade, como também os filhos. O primeiro contato com a Casa Alma Livre se deu quando elas ainda estavam na cadeia e, diante da angústia de se verem completamente isoladas de suas famílias – as duas *nunca* receberam uma visita sequer –, elas conheceram o trabalho da Igreja Batista, divulgado por meio de ações de evangelização nas unidades do sistema penitenciário.

A partir disso, as dirigentes da Casa Alma Livre gostam de dar a entender que as egressas *escolhem* ir para a casa, já que lá é um lugar onde elas podem “se encontrar com Deus” e reestabelecer as relações com os filhos. O que não fica claro é se a instituição reconhece que, para estas mulheres, não há outra saída. Cria-se, então, uma nova forma de penitência.

Naquela sexta-feira, quando deixamos o casarão e Belo Horizonte enfrentava uma chuva torrencial, eu e Isabela não sabíamos quais palavras trocar e só deixamos pairar sobre nós uma espécie de peso que não estávamos preparados para carregar. Um misto de culpa, compaixão e susto. Afinal, qual o tamanho da *liberdade* que realmente dão para estas *almas*?

A dor do visitante não sai no jornal

– Bom dia! Eu e meu colega, Guilherme, temos uma entrevista marcada com o Assis, da Pastoral Carcerária. Você poderia o avisar que chegamos?

Ficamos aguardando no saguão do prédio que abriga a Pastoral Carcerária, no bairro Lagoinha, região Noroeste da capital mineira. Assis era a nossa primeira fonte oficial sobre o universo prisional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estávamos ansiosos para aquele momento, eram muitas dúvidas e questionamentos.

Assis nos recebeu na sala em que funciona a Pastoral Carcerária, projeto da Arquidiocese de Belo Horizonte. Ele nos deu um panorama geral da atual radiografia do sistema prisional mineiro, além de nos contar como o visitante é tratado pelo sistema. Durante mais de duas horas de conversa, Assis nos deu um choque de realidade, em números e em relatos de muitos dos absurdos que acontecem, cotidianamente, por detrás dos muros que cercam as unidades carcerária de Minas Gerais. Saímos de lá cercados de mais dúvidas e questionamentos, era o nosso primeiro contato para além das pesquisas feitas pela Internet. Finalmente, o projeto estava ganhando vida.

“Como vamos chegar até essas pessoas?” Esse questionamento perdurou durante muitos meses, tentar um contato com um

familiar, sem uma ponte direta, foi um grande desafio. Primeiro, buscamos a Secretária de Administração Prisional (Seap). Além da vontade de acompanhar um dia de visita, queríamos contatos com assistentes sociais que acompanhassem esses familiares e que nos ajudasse na aproximação. Fomos informados que para entrar em uma unidade prisional era necessário preencher alguns formulários que justificasse o pedido. Assim fizemos, buscamos junto ao Colegiado e nosso orientador seguir todos os requisitos e enviamos os documentos. Uma semana depois, a primeira resposta: “estamos encaminhando sua consideração para o Subsecretário de Segurança Prisional, pois pesquisas em dia de visitação nem sempre é autorizado”.

Procurei pela Seap no dia seguinte e questionei o porquê as pesquisas não era autorizadas e a resposta foi que a autorização dependia do preparo de cada unidade prisional, visto que era necessário que o acompanhamento especial de um agente penitenciário durante todo o momento que fôssemos ficar dentro da unidade. Fomos informados, ainda pelo Assis, que não havia agentes suficientes para atender as necessidades das prisões em Minas. Para justificar, a Seap nos encaminhou um e-mail formal, quatro dias depois, alegando “conforme conversamos, foi negada sua solicitação. Considerando o Art. 8º Resolução 059/SEAP/2018 “as pesquisas serão efetuadas no período de 10 às 15 horas, em dias úteis que não tenham visitação de familiares e sem prejuízo das atividades normais da unidade”. Sabíamos que o real motivo não era aquele descrito, já que instituições religiosas podem adentrar nas unidades em dia de visitação. O motivo era outro, caso contrário, a entrada em dia de visitação deveria seguir as mesmas regras para todos, sejam eles pesquisadores ou membros de entidades católicas ou evangélicas.

“E agora?”, questionamos. Decidimos, então, comparecer ao Núcleo de Assistência à Família (NAF), onde era o primeiro caminho percorrido pelo familiar até chegar à unidade prisional. Em poucos minutos, a nossa presença foi notada no Núcleo. Um segurança passou a vigiar nossos passos, não éramos bem-vindos. Ele nos convidou a comparecer a Coordenação da Unidade de Atendimento Integrado (UAI), onde ficava o NAF. Segundo a coordenadora, a nossa presença, por motivos de pesquisa ou reportagem, somente era permitida mediante autorização da Seap.

Até aquele momento, chegar até o visitante parecia um caminho quase impossível. Decidimos subir as escadas do UAI e tentar a aproximação com a assistente social da unidade, talvez ela poderia nos ajudar. Ela conversou conosco, esclareceu os processos burocráticos e seu papel no NAF. Em menos de cinco minutos, o telefone tocou. Ela foi proibida de nos conceder mais informações. Ainda assim, nos deu seu telefone e disse que iria tentar nos ajudar com um contato de uma psicóloga que tinha acesso aos grupos organizados por familiares no WhatsApp.

Amanda* era uma das administradoras do grupo “Unidades MG”, que reunia profissionais de direito, assistentes sociais, psicólogos e familiares de preso. Ela nos colocou no grupo e pediu que observássemos por alguns dias. Ficamos no grupo, sem dizer que éramos jornalistas. Dois dias depois, ela pediu que nos retirássemos e que ela iria nos apresentar formalmente as pessoas, a fim de saber se tinha algum familiar interessado em nos conceder uma entrevista. Isso não chegou a ocorrer de fato.

Durante o processo de apuração, fomos cercados por dilemas éticos. Participar do grupo “Unidades MG”, sem o conhecimento prévio daquelas pessoas, foi uma das questões que permeia todo o projeto. Com as transformações da produção jornalística,

atravessada por tecnologias de comunicação, condicionantes éticas são impostas, cotidianamente, em diferentes formas no exercício da profissão. Neste livro-reportagem, não foi diferente. Pensamos, vale a pena uma autocrítica.

Conseguir fontes abertas ao diálogo foi um desafio. O sistema prisional é um assunto delicado e vive às margens da sociedade, assim como aqueles que frequentam, mesmo que na condição de visitante. Percebemos que muitas mulheres tinham medo de expor sua história, por medo de sofrerem algum tipo de preconceito ou discriminação por ter algum familiar preso. E, quebrar essa barreira, mesmo prometendo o anonimato, nem sempre foi possível.

Segundo com Art. 3º do capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, revisto em 2007, após 20 desde a última atualização, “o exercício da profissão do jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética”. O Art. 5º garante ao jornalista o direito de resguardar o sigilo da fonte. No inciso VII, consta que o profissional deve “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Diante disso, buscamos preservar as fontes, de acordo com as necessidades de cada personagem, buscando a transparência com a fonte durante todo o processo.

O cuidado com as fontes ultrapassou o processo de apuração, ele se deu também no modo de contar essas histórias, de modo a preservar a veracidade do relato e a identidade do personagem. A apuração contou, em maioria, com fontes mulheres, com exceção do Assis, o único personagem masculino do livro. O sexo feminino sofre, constantemente, com diversos tabus sociais, como “o sexo frágil” e, neste caso, com a tipificação da mulher visitante como “mulher de bandido”.

Encontrar uma forma de contar as histórias, seguindo os preceitos éticos do jornalismo, tal como não ferir a identidade e, ao mesmo tempo, não comprometer os relatos dados, foi um dilema, ainda sem respostas. Se seguimos o caminho correto, ainda não temos respostas.

Além do grupo “Unidades MG”, entramos em outras comunidades online organizadas por mulheres visitantes do sistema prisional. Participei, por algumas horas, do grupo “Guerreiras da Nelson Hungria”. Encontrei o grupo por meio de uma página no Facebook, onde visitantes compartilham relatos, informações sobre a Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem. Enviei uma mensagem para a administradora, a qual me informou sobre a existência do grupo também no WhatsApp. Achamos melhor eu, Isabela, entrar em contato, justamente por eu ser mulher seria mais fácil este contato. Ao entrar no grupo, logo me identifiquei perguntando se alguma visitante tinha interesse em nos conceder uma entrevista. Somente uma mulher se prontificou.

Outro dilema, foi relacionado ao grupo privado “Solta o Preso Seu Juiz”, no Facebook. Jennifer nos contou sobre a existência do grupo, com mulheres de todo o Brasil, e curiosa, busquei o grupo na rede social. Entretanto, para entrar o possível participante devia que visitar o sistema prisional como familiar, por isso, um simples questionário é aplicado, como forma de filtro de quem poderá ver os relatos ali compartilhados. Ao ver a solicitação, bem a minha frente, não hesitei em responder, como visitante. Por ser mulher, o meu pedido foi logo concedido e confiando em minhas respostas que, naquele caso, não eram verídicas.

As razões que me levaram tomar tal atitude não são justificadas pelo Código de Ética. O impasse ético está fortemente nos moldes atuais de produção jornalística. Em 2014, a *British*

Broadcasting Corporation (BBC News), desculpou-se publicamente por ter um repórter infiltrado em um grupo de estudantes da *London School of Economics* (LSE) em viagem à Coreia do Norte. A Rede Globo de Televisão, em 2017, um jornalista que prestou depoimento ao Fantástico, programa que vai ao ar todo domingo na emissora, foi indiciado por “promoção por terrorismo” pelas informações concedidas sobre possíveis ameaças de terrorismo no país.

Os dilemas sobre a ética no jornalismo também estão fortemente presentes nos moldes sensacionalistas de produção, principalmente em casos de grande repercussão nacional. Em 2008, o sequestro de Eloá Cristina Pimentel ganhou os holofotes da imprensa, com forte apelo popular. O caso chegou a ser exibido ao vivo pela RedeTV!, a qual televisionou todo o acontecimento. Discute-se a influência da mídia para a resolução trágica do ocorrido, sendo acusada de romanização do crime, alegando que foi um “crime passionnal” ou “por amor”. Esses acontecimentos chamam a atenção para as questões éticas do jornalismo e qual o seu limite.

Adentrar em um grupo privado, de fácil acesso, como no grupo “Solta o Preso Seu Juiz”, em que mulheres compartilham sua vida social a milhares de pessoas, sem filtro de quem possa estar ali observando os relatos. Optamos por usar as histórias de forma anônima e preservando a identidade destas mulheres.

Uma reportagem não se esgota no texto final e o que foi relatado pode influenciar diversos pontos e segmentos sociais. O processo de produção considerou todas as experiências e acontecimentos que resultou na construção final de cada narrativa. Cada história possui várias versões e, aqui, escolhemos tratar sob o ponto de vista da visitante.

Para minha querida irmã

Belo Horizonte, 1º de março de 2019

Sueli,

Eu erreí demais minha irmã... que amo tanto. Tudo começou com o maldito crack, eu me arrependo tanto. Foram tantos erros que por muito tempo vocês desistiram de mim. Eu tinha que pagar pelos meus erros. E eu paguei. E contei os dias, as horas e os segundos pelo dia que eu teria meu alvará. Ter de volta a minha liberdade é uma sensação que eu não consigo explicar, só sentir e valorizar as coisas mais simples da vida. Até um café com bolo eu sinto um prazer enorme em comer.

Muita coisa aconteceu desde a última vez que nos falamos... a cadeia aconteceu. Só de lembrar, dói, dói demais. Quando eu estava lá dentro, assinei o cadastro e ficava pedindo nas minhas orações uma visita sua. Isso nunca aconteceu. Mas eu esperei, Sueli. Por três anos. Mas eu entendo você.

O meu maior erro foi ter voltado para o crack depois que eu saí da cadeia aquela primeira vez. Sueli, eu nunca tinha roubado. Eu tinha pavor. Mas eu saí e não tive nenhuma oportunidade

e acabei no crime de novo. Daquela vez que eu fui presa, eu era inocente. Eu juro. Eu era só usuária e até o policial sabia disso. A mãe foi lá na cadeia nesse dia e pediu que o delegado me enviasse para uma casa de tratamento, mas não adiantou muito. O traficante mandou um advogado umas três vezes para me ajudar, mas não deu em nada.

Sueli, eu perdi os meus filhos para o crack e pegaram eles de mim. Eu queria tanto ver eles, abraçar eles. Mas eles ainda não deixam. É muita burocracia. Mas eu estou correndo atrás para rever a guarda deles, porque dessa vez eu quero mudar, por eles.

O que acontece é que eles só te prendem e depois te soltam sem te dar uma oportunidade. Aí a gente volta a fazer o que a gente fazia antes, para sobreviver mesmo. Dessa vez eu comecei a roubar mesmo. Eu roubei muito. Por causa de droga. Aí a polícia me pegou de novo e peguei mais três anos de prisão.

Se você tivesse ido me visitar, você veria a dor que eu estava no peito. O cárcere dói muito na gente. Às vezes, a comida vinha estragada, o ralo ficava sempre entupido e tinha rato passando dentro do banheiro. E você sabe que eu tenho pavor de rato. Eu só dormia durante o dia, porque a noite eles faziam a festa.

Sabe, Sueli, muitas vezes lá dentro eu pensei em fazer rebelião. Mas eu pensava que eu ia prejudicar muita gente, e não fiz. São muitos conflitos dentro da cadeia. Eu procurei muito a Deus lá dentro, conheci muita gente boa, mas boa mesmo, que queria me ajudar, sabe? Foi lá que eu vi que eu tinha jeito e eu me apeguei a isso para sobreviver lá dentro. É tudo muito difícil.

Eu sei que você cansou dos meus erros, mas você nunca quis me visitar. Isso ainda dói muito aqui dentro, sabe? Eu sei que a gente apronta muito, erra muito. E sei que vocês pensavam que lá dentro eu estava protegida e viva, mas dói demais estar lá.

Eu lembro que quando eu fui presa dessa última vez, eu estava tomando uma cerveja. Eu pedi até para o Wander para que eu terminasse ao menos o copo. Eu bebi tudo com tanto prazer, era o último gostinho de liberdade que eu ia ter por muito tempo.

Você lembra daquela vez que combinamos de conversar por telefone? Marcamos um dia e você ia levar os meus meninos para sua casa. Eu ia te ligar no dia seguinte. Eu sei que você ficou esperando, me desculpa. Eu não consegui te ligar. Eu estava tão ansiosa, mas elas não deixaram. Eu fiquei tão brava, mas tão brava, que cheguei a chamar as agentes de ‘cachorras do Governo’. Nesse dia, eu apanhei demais. Fiquei de castigo por uns três meses.

Às vezes, eu sinto falta da cadeia. Mas não é da cadeia, é das pessoas. Tem muita gente boa lá dentro e tem pessoas que não mereciam estar ali. Foi na cadeia que eu conheci o pessoal da Casa Alma Livre que me ajuda até hoje, se não fosse a Mônica hoje eu estaria na rua e me prostituindo. Aqui, eu estou conhecendo Deus, sabe? Eu ando aprendendo muito.

É muito difícil estar na cadeia sem visita. Lá dentro a gente fica muito sem as coisas. O café era às seis da manhã e o almoço só chegava onze e meia, quando não atrasava horas para chegar. A gente ficava muito tempo sem comer. Quem tem visita tem um biscoito ou uma fruta que ajuda a disfarçar a fome.

É muita saudade, abandono que a gente sente lá dentro. Às vezes ninguém te escreve ou manda notícia. Eu ficava me perguntando... será que aconteceu alguma coisa grave? A gente sente muita dor, Sueli.

É muita humilhação também. Se a gente sai ou entra na sala, somos obrigadas a fazer o procedimento. A gente tinha que tirar a roupa, segurar a calcinha na mão, agachar três vezes de

frente e três de costas. Uma vez uma moça idosa não conseguiu fazer o procedimento e a agente deu uma rasteira nela que ela caiu no chão e não conseguia levantar. Na maioria das vezes, a agente sabia que você estava limpa. Imagina uma cela com 30 mulheres, 15 de *chico*, sem sabonete e sem um prestobarba fazendo o procedimento? Era um horror.

Lá dentro era uma rotina muito só, todo dia a mesma coisa. Acordar, tomar café, fazer o procedimento, ir trabalhar, dormir. Eu escolhi trabalhar na obra, que era um lugar aberto, carregava muito peso, mas eu não ficava trancada 24 horas por dia numa cela.

Quando a mamãe morreu, foi um momento muito difícil para mim. Eu tive só cinco minutos com ela e um com os meninos. Cheguei no hospital cercada de policiais, como se eu fosse uma criminosa barra pesada mesmo. A mãe fez muito por mim e pelos meus filhos. E eles não me deixaram enterrar a mãe.

No momento que você coloca o pé lá dentro você já quer sua liberdade. Quando eu estava saindo foi um alívio muito grande. Pensei, ‘chegou a minha hora’. Eu tirei aquela roupa vermelha, aquela catinga de uniforme. Quando eu saí, eu via os carros passando, uma árvore na esquina, as pessoas conversando na rua e ficava feliz. É só passando para saber, mas eu não desejo a cadeia nem para o meu pior inimigo.

Ter a sua liberdade de volta é uma coisa que mexe com suas estruturas. Ela seria melhor se viesse com oportunidades. O emprego já é difícil e a gente fica muito tempo fora. E quando a gente volta, as portas estão sempre fechadas.

Ninguém sabe a mágoa que trago no peito. Quem me vê sorrir desse jeito, nem sequer sabe da minha solidão. Eu sempre canto essa música nos lugares que eu vou. Mesmo saindo de lá, é

uma tristeza que fica na gente, sabe?

Estou me fortalecendo e não vejo a hora de ver meus meninos. Manda um beijo pro Kevin*, sei que você vem cuidando dele muito bem. E não tenho palavras para agradecer o que você fez e faz pelo meu menino. Ainda estou esperando a decisão do juiz, mas tenho fé que logo o Matheus* e o João* estarão aqui comigo.

Sueli, dessa vez eu quero vencer. Eu vou vencer. Espero poder abraçar você e o Kevin em breve.

Muitas saudades,

L.

